



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



01/8

CP 269

## CONTRATO DE PROGRAMA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, a **COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN**, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob o nº 92.802.784/0001-90, com sede em Porto Alegre, na Rua Caldas Júnior nº 120, 18º andar, neste ato representada, na forma estatutária, por seu Diretor Presidente, **Sr. Arnaldo Luiz Dutra** e por seu Diretor de Operações, **Sr. Antonio Carlos Martins**, doravante denominada CORSAN, e de outro lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL**, com sede a Rua Galvão Costa, nº 755, inscrito no CNPJ sob o nº 95.440.517/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Telmo José Kirst**, doravante denominado MUNICÍPIO, têm entre si, justa e contratada a prestação de serviços relativos à exploração, execução de obras, ampliações e melhorias dos serviços de abastecimento de água e de coleta, transporte, tratamento e destino final de esgotos sanitários na área urbana da sede do município, mediante as seguintes cláusulas e condições, observada a legislação aplicável à matéria:

### DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Aplicam-se a legislação federal, estadual e municipal afeta ao objeto do contrato, em especial as Leis Federais n.º 8.666/1993; 8.987/95; 11.107/2005; e 11.445/2007; o Decreto Federal n.º 6.017/2007; a Lei Estadual n.º 12.037/2003; e respectiva lei municipal autorizativa da delegação dos serviços públicos ao Ente Regulador delegado.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O presente contrato é celebrado nos termos da Lei Autorizativa Municipal n.º 7.057, de 27 de junho de 2014, com dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso XXVI, da Lei Federal n.º 8.666/93, observados os procedimentos previstos no art. 26 da mesma lei, bem como a Ata de Reunião de Diretoria Colegiada da CORSAN de n.º 30/2014, de 02 de julho de 2014.





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



02/11

## DAS DEFINIÇÕES

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Para os efeitos deste contrato, considera-se:

- I. **Sistema** - o conjunto de todos os recursos, bens e serviços, necessários para a realização de objetivos de interesse comum, visando à universalização da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no âmbito de atuação da CORSAN, objeto de todos os contratos de programa celebrados entre os Municípios e a CORSAN.
- II. **Serviços** - prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
- III. **Plano Plurianual de Investimentos no Sistema** - conjunto de obras e serviços a serem realizados de acordo com o montante de recursos financeiros previstos por períodos de cinco anos, a serem investidos no Sistema.
- IV. **Meta de Investimentos de Longo Prazo** - É o montante de recursos financeiros a ser investido no Sistema ao longo do período de duração do Contrato, com revisões quinquenais.
- V. **Plano Municipal de Saneamento Básico** - Instrumento da política de saneamento do MUNICÍPIO que deverá abranger o diagnóstico da situação local e seus impactos nas condições de vida; objetivos e metas para universalização dos serviços; programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas; ações de emergência e contingência; e, mecanismos e procedimentos de avaliação do que foi planejado.
- VI. **Atividade regulatória** - É a regulamentação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, com o objetivo de assegurar a adequada prestação dos serviços, garantir a harmonia entre os interesses dos usuários, MUNICÍPIO e CORSAN e zelar pelo equilíbrio financeiro do Sistema de Abastecimento de Água potável e esgotamento sanitário.





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



03/1

- VII. **SAA** - Sistema de Abastecimento de Água – É o conjunto de instalações e equipamentos, que tem por finalidade captar, aduzir, tratar, reservar e distribuir água potável.
- VIII. **SES** - Sistema de Esgotamento Sanitário – É o conjunto de obras, instalações e equipamentos, que tem por finalidade coletar, transportar e dar destino final adequado às águas residuárias ou servidas.

### DO OBJETO

**CLÁUSULA QUARTA** - O MUNICÍPIO outorga à CORSAN a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, compreendendo a exploração, execução de obras, ampliações e melhorias, com a obrigação de implantar, fazer, ampliar, melhorar, explorar e administrar, com exclusividade, os serviços de abastecimento de água potável e esgoto sanitário, na área urbana da sede do município, áreas rurais contínuas ou aglomerados urbanos localizados na zona rural, devidamente identificados na cláusula quinta, incluindo a captação, adução de água bruta, tratamento, adução de água tratada, distribuição e medição do consumo de água, bem como a coleta, transporte, tratamento e destino final de esgoto, o faturamento e entrega de contas de água e esgoto, sua cobrança e arrecadação, atendimento ao público usuário dos sistemas, controle de qualidade da água e cadastro de consumidores, atendidos os princípios da conveniência social, ambiental, técnica e econômica e, ainda, a Política Estadual de Saneamento.

**Subcláusula Primeira** - O MUNICÍPIO transfere à CORSAN, o direito e prerrogativa de cadastrar e conectar os usuários do Sistema de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, de acordo com o estipulado no Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto – RSAE, realizando também, a CORSAN, a cobrança pelos serviços prestados, sempre com base no Sistema Tarifário vigente.

**Subcláusula Segunda** - Os investimentos em esgotamento sanitário deverão ser compatíveis com o Plano Municipal de Saneamento Básico e serão efetivados respeitada a viabilidade econômico-financeira do Sistema e a obtenção de recursos





**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



04/11

financeiros necessários a sua execução, obedecidas as bases estabelecidas pela Meta de Investimentos de Longo Prazo.

### DA ÁREA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

**CLÁUSULA QUINTA** - A delegação dos serviços ora outorgados abrangerá a área urbana da sede do Município e áreas rurais contínuas à zona urbana.

**Subcláusula Única** - A área de atuação poderá, também, contemplar novos aglomerados urbanos da zona rural, nos termos definidos em aditivo contratual a serem firmados.

### DO PRAZO CONTRATUAL

**CLÁUSULA SEXTA** - O Contrato vigorará pelo prazo de 40 (quarenta) anos, a contar da data da assinatura deste Contrato.

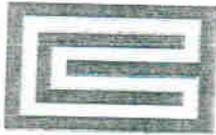
**CLÁUSULA SÉTIMA** - O presente Contrato poderá ser prorrogado por igual período de 40 (quarenta) anos, por intermédio de Termo Aditivo, mediante manifestação expressa das partes com 01 (um) ano de antecedência.

### DO MODO, FORMA E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

**CLÁUSULA OITAVA** - Na prestação dos serviços, a CORSAN deverá:

- I. Estabelecer, através de negociação com o MUNICÍPIO, sempre de forma compatível com o Plano Municipal de Saneamento Básico e suas revisões, as ações necessárias, definindo prioridades, a serem consideradas para o estabelecimento do Plano Plurianual de Investimentos no Sistema;
- II. Executar, operar e manter os serviços de abastecimento de água potável, incluindo a captação, bombeamento, tratamento, adução e distribuição da água, medição do consumo e o controle da qualidade da água, nos termos definidos pelo Plano Municipal de Saneamento;





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



05#

- III. Executar, Operar e manter os serviços de esgotamento sanitário, incluindo a coleta, transporte, tratamento e destino final do esgoto, nos termos definidos pelo Plano Municipal de Saneamento;
- IV. Executar direta ou indiretamente estudos, projetos, obras e serviços, sempre de forma compatível com o Plano de Saneamento Básico, objetivando o adequado funcionamento dos serviços e o pleno atendimento dos usuários, observados os limites previstos na Meta de Investimentos de Longo Prazo;
- V. Equacionar e solucionar, de forma satisfatória, eventuais problemas no funcionamento dos serviços, de acordo com o regulamento dos serviços;
- VI. Melhorar o nível de qualidade dos serviços, de acordo com a legislação atual e superveniente;
- VII. Garantir a continuidade dos serviços;
- VIII. Atender ao crescimento vegetativo populacional, promovendo as ampliações necessárias, de acordo com os objetivos e normas gerais dos planos oficiais de saneamento;
- IX. Adotar tecnologia adequada e empregar materiais, equipamentos, instalações e métodos operativos que, atendidas as normas técnicas pertinentes, garantam a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários;
- X. Executar ações visando à manutenção e conservação dos equipamentos e das instalações;
- XI. Programar e informar ao MUNICÍPIO, por escrito, as condições técnicas e financeiras, o prazo de início e de conclusão das obras.

**Subcláusula Única** - A CORSAN compromete-se a assessorar, tecnicamente, o MUNICÍPIO no processo das revisões periódicas do Plano de Saneamento Básico, previstas na Lei Federal n. 11.445/07.





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



**CLÁUSULA NONA** - Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

- I. Situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;
- II. Necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;
- III. Negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;
- IV. Manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; e
- V. Inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

**Subcláusula Única** - As disposições contidas no "caput" serão aplicadas observada a legislação específica e as normas estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto, em anexo.

#### **DOS CRITÉRIOS, INDICADORES, FÓRMULAS E PARÂMETROS DEFINIDORES DA QUALIDADE DO SERVIÇO**

**CLÁUSULA DÉCIMA** - As metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais serão aferidas por meio dos indicadores definidos no Anexo I deste contrato e demais normas regulamentares.

**Subcláusula Primeira** - A CORSAN deverá apresentar relatórios anuais de medição dos indicadores referentes a cada contrato de prestação de serviços de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário, integrantes do Sistema.

**Subcláusula Segunda** - A CORSAN deverá apresentar relatórios anuais de medição dos valores médios dos indicadores de todo o Sistema, relativos ao seu desempenho.





**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



07

**Subcláusula Terceira** - As metas dos indicadores serão estabelecidas por meio de resolução do Ente Regulador delegado, em conformidade com a Lei Estadual no 11.075/98, observados os parâmetros definidos pelo Contrato de Gestão do Governo do Estado com a CORSAN.

**Subcláusula Quarta** - Os relatórios com os resultados dos indicadores devem ser encaminhados ao Ente Regulador delegado, anualmente, até 31 de março do ano subsequente ao do exercício a que se referirem.

**Subcláusula Quinta** - Os indicadores de qualidade serão revistos nas mesmas datas das revisões tarifárias, por comissão instituída para este fim, sendo composta por servidores da CORSAN, do Ente Regulador delegado e de representantes dos municípios.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - O cumprimento das normas relativas à qualidade dos serviços, estabelecidas neste contrato e demais disposições regulamentares, será aferido pelo MUNICÍPIO e pelo Ente Regulador delegado anualmente.

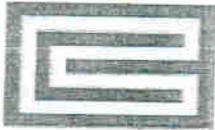
**Subcláusula Única** - Os resultados da verificação prevista nesta cláusula serão amplamente divulgados na rede mundial de computadores.

#### DA POLÍTICA TARIFÁRIA PREÇO DO SERVIÇO

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - Pela prestação dos serviços que lhe são delegados por este Contrato, a CORSAN cobrará as tarifas discriminadas na Planilha da Estrutura Tarifária do Sistema (Anexo II), sendo estas implementadas pela CORSAN, de forma universal, em todos os MUNICÍPIOS integrantes do Sistema.

**Subcláusula Primeira** - A Estrutura Tarifária do Sistema deve cobrir os custos operacionais eficientes, segundo o nível de qualidade dos serviços ofertados e assegurar a obtenção de um retorno justo e adequado dos investimentos e ainda a necessária provisão das depreciações do Sistema, observadas as condições do convênio de delegação celebrado entre o MUNICÍPIO e o Ente Regulador delegado.

*[Handwritten signatures and stamps]*  
A circular stamp with the text "CORSAN" and "SUPEJ" is visible at the bottom right, along with several handwritten signatures.



**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



*Handwritten initials*

**Subcláusula Segunda** - Para entrarem em vigor e serem cobradas dos usuários, as tarifas e suas alterações deverão ser homologadas pelo Ente Regulador delegado.

#### DO REAJUSTE TARIFÁRIO

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - Os valores das tarifas serão reajustados em conformidade com as seguintes condições:

- I. O reajuste ocorrerá sempre em 1º de junho de cada ano e será aplicado no faturamento da competência Junho;
- II. Os reajustes serão concedidos pelo índice setorial, apurado em relação ao período anual de maio a abril.

#### DA REVISÃO TARIFÁRIA

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - O Ente Regulador delegado, de acordo com o previsto nesta cláusula, procederá às revisões dos valores das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos do Sistema, os estímulos à eficiência e à modicidade das tarifas, ouvidos o MUNICÍPIO, os usuários e a CORSAN.

**Subcláusula Primeira** - As revisões tarifárias serão realizadas a cada cinco anos, sempre no mês de junho.

**Subcláusula Segunda** - No ano em que ocorrer revisão dos valores da tarifa, o reajuste previsto na cláusula décima terceira será substituído pela revisão.

**Subcláusula Terceira** - Os pedidos de revisões ordinárias das tarifas, acompanhados de todos os elementos e informações necessárias, serão encaminhados pela CORSAN ao Ente Regulador delegado, com pelo menos 90 dias de antecedência à data de sua vigência, a qual procederá aos trâmites para sua avaliação e aprovação ou denegação, integral ou parcial.

**Subcláusula Quarta** - Por sugestão das partes poderá ser realizada a readequação da estrutura tarifária.

*Handwritten signatures and stamps*  
A circular stamp with the text "CORSAN" and "SUPEJ" is visible at the bottom right, along with several handwritten signatures and initials.



CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



### DA REVISÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - As partes reconhecem que as tarifas indicadas na Planilha de Estrutura Tarifária (Anexo II), em conjunto com as regras de reajuste e revisão descritas nas cláusulas anteriores, serão suficientes para a adequada prestação dos serviços concedidos e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Sistema.

**Subcláusula Única** - Sempre que forem atendidas as condições do Sistema, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - Sem prejuízo dos reajustes e revisões a que se referem às cláusulas anteriores, caso haja alterações significativas nos custos do Sistema, por solicitação desta ou das entidades de representação oficial dos Municípios, devidamente comprovada por documentos encaminhados ao Ente Regulador delegado podendo, a qualquer tempo, proceder a revisão extraordinária das tarifas, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro do Sistema, nas seguintes hipóteses:

- I. Quando houver necessidade de alterações significativas nas metas de investimentos, previstas no Plano Plurianual de Investimentos no Sistema, ou para atender demandas extraordinárias que afetem a estrutura tarifária, acarretando variações acima de 2% (dois por cento), negativas ou positivas, dos valores das tarifas dos serviços necessárias para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Sistema;
- II. Quando houver a extinção do contrato por encampação, caducidade, rescisão, anulação, referentes aos municípios integrantes do Sistema e extinção da empresa CORSAN;
- III. Em decorrência de fatos extraordinários, fora do controle da CORSAN ou do MUNICÍPIO, em razão de:

*[Handwritten signatures and stamps]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Circular stamp: CORSAN SUPEJ]*



CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



10/18

- a. Atos da natureza que afetem significativamente os custos da prestação dos serviços;
- b. Alterações na política tributária ou fiscal;
- c. Em decorrência de decisões judiciais que repercutam, direta ou indiretamente, nos custos de prestação dos serviços concedidos provocando variações positivas ou negativas superiores a 2 % (dois por cento);
- d. Ocorrência de outros fatos extraordinários admitidos e reconhecidos pelas partes que afetem significativamente os custos da prestação dos serviços.
- e. Extinção do contrato de algum dos municípios cuja receita anual seja superior a 2 % do total do Sistema;
- f. Ingresso de município ou grupo de municípios cujo somatório da receita anual seja superior a 2 % do total do Sistema.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** - As fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, serão obrigatoriamente consideradas para a aferição do equilíbrio econômico-financeiro do Sistema.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** - Na exploração do serviço público, objeto deste Contrato, a CORSAN não poderá dispensar tratamento diferenciado, inclusive tarifário, aos usuários de uma mesma classe de consumo e nas mesmas condições de atendimento, exceto nos casos previstos na legislação federal, estadual e regulamento da CORSAN.

**Subcláusula Única** - Será vedada a concessão de isenção de pagamento de tarifas, inclusive a entes do Poder Público, visando garantir a manutenção da adequada prestação dos serviços e tratamento isonômico aos usuários do Sistema.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** - Ressalvados os impostos incidentes sobre a renda, a criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



assinatura deste Contrato, quando comprovado seu impacto, implicará na revisão das tarifas, para mais ou para menos, conforme o caso.

### DOS DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

**CLÁUSULA VIGÉSIMA** - O MUNICÍPIO tem as seguintes obrigações:

- I. Regulamentar a prestação do serviço;
- II. Fiscalizar permanentemente a prestação dos serviços;
- III. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;
- IV. Homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma da lei, das normas pertinentes e deste contrato;
- V. Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais;
- VI. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;
- VII. Declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, outorgando poderes à CORSAN para promoção das desapropriações e para a instituição das servidões administrativas, a qual assumirá a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;
- VIII. Estimular o aumento da qualidade e produtividade dos serviços;
- IX. Estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos aos serviços;
- X. Arcar com os custos necessários para a mudança de alinhamentos, perfis e nivelamento de qualquer logradouro, que exijam modificações ou remoções de





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



12

canalizações, desde que não previstos nos cronogramas referidos na cláusula quarta, quando forem executados por sua solicitação;

- XI. Consultar a CORSAN sobre a viabilidade técnica da disponibilização dos serviços, antes de aprovar novos loteamentos, conjuntos habitacionais e instalações de novas indústrias;
- XII. Comunicar previamente a CORSAN a execução de obras e serviços no subsolo das vias públicas em que se localizam redes de infraestrutura dos serviços concedidos;
- XIII. Zelar pelo cumprimento da legislação federal, estadual e municipal de proteção ambiental e de saúde pública, respondendo pelas eventuais consequências de seu descumprimento, no que couber, visando à preservação e a conservação do meio ambiente e da saúde pública;
- XIV. Exigir a ligação obrigatória de toda construção e prédios considerados habitáveis, situados em logradouros que disponham dos serviços, às redes públicas de abastecimento de água e de coleta de esgoto, excetuando-se da obrigatoriedade prevista apenas as situações de impossibilidade técnica, que deverão ser justificadas perante os órgãos competentes, sendo que as ligações correrão as expensas dos usuários, nos termos da legislação municipal, do art. 18, da Lei Estadual nº 6.503/72, e do art. 137, da Lei Estadual nº 11.520/00 e artigo 45 da Lei Federal n.º 11.445/07;
- XV. Exigir e fiscalizar o cumprimento da legislação vigente e do regulamento dos serviços de água e esgoto da CORSAN para os usuários que possuírem em seus imóveis fontes alternativas de abastecimento de água, salientando que necessariamente as ligações de água do sistema público de abastecimento e das fontes alternativas devem ser independentes;
- XVI. Exigir ou promover, consultada a CORSAN, a adequação da infraestrutura dos loteamentos, não autorizados ou irregulares, as condições técnicas e

*[Handwritten signatures and stamps]*

*[Circular stamp: CORSAN SUPES]*



**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



13

- operacionais apropriadas para a integração ao Sistema, nos termos do que estabelece o contrato;
- XVII. Exigir ou promover, consultada a CORSAN, a adequação da infraestrutura das áreas de assentamentos informais, às condições técnicas e operacionais apropriadas para a integração ao Sistema, nos termos do que estabelece este contrato;
- XVIII. Estabelecer os planos e políticas municipais de saneamento e de urbanização, consultada a CORSAN, visando ao estabelecimento das Metas de Investimentos de Longo Prazo;
- XIX. Avisar a CORSAN, com antecedência de até 120 (cento e vinte) dias, quando da pavimentação de vias públicas pelo MUNICÍPIO, a fim de que a CORSAN verifique a necessidade de substituição da canalização de água e de esgoto, aproveitando o momento para fazer obras e manutenções necessárias. O presente aviso poderá ser substituído pela anuência formal da CORSAN quanto à possibilidade de realização da obra sem prejuízo do abastecimento de água e esgoto;
- XX. Os sistemas de esgotamento sanitários existentes (ETE's, Elevatórias de Esgoto e Redes Coletoras de Esgoto), operados por terceiros, à época da celebração deste instrumento contratual, deverão possuir licença de operação e estarem em plenas condições técnicas de operação dentro dos padrões vigentes, conforme normas técnicas existentes e adotadas pela CORSAN, para que haja assunção pela Companhia Riograndense de Saneamento; e
- XXI. Realizar as revisões no Plano Municipal de Saneamento Básico periodicamente em prazo não superior a quatro anos.

#### DOS DIREITOS E GARANTIAS DO MUNICÍPIO





**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

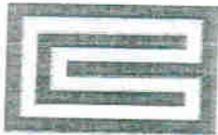


14

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA** - Ao MUNICÍPIO são assegurados os seguintes direitos e garantias:

- I. Estabelecer, juntamente com a CORSAN, as prioridades, os objetivos e as condições para a prestação dos serviços, considerando as Metas de Longo Prazo para Investimentos e de forma compatível com o Plano Municipal de Saneamento Básico;
- II. Receber da CORSAN a prestação de serviços adequados nos termos deste contrato e da legislação aplicável;
- III. A realização, pela CORSAN, dos investimentos necessários à expansão e à modernização dos serviços, dos equipamentos e das instalações, nos termos previstos nas Metas de Longo Prazo de Investimentos e de forma compatível com o Plano Municipal de Saneamento Básico;
- IV. Conhecer, prévia e expressamente, as obras que a CORSAN pretenda executar em vias e logradouros públicos, ressalvados os casos de emergência, nos termos do regulamento específico;
- V. Estar isento de qualquer ônus de solidariedade com a CORSAN no caso de falta ou insuficiência de sinalização nas obras por ela realizadas nas vias públicas, durante toda a execução das mesmas;
- VI. Receber, da CORSAN, no primeiro trimestre de cada ano, prestação de contas na forma da cláusula trigésima sexta;
- VII. Ser ressarcido de todos os prejuízos que lhe forem causados em decorrência da execução dos serviços, conforme processo administrativo específico;
- VIII. Ter assegurada a aplicação dos recursos financeiros captados pela CORSAN ou pelo MUNICÍPIO, destinados ao Município, na rede municipal de água ou esgoto;





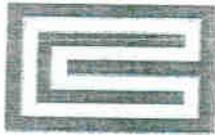
CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



- 15
- IX. Ser informado, prévia e expressamente, pela CORSAN, anuindo, acerca de qualquer operação financeira ou judicial em que faça recair garantia sobre os bens vinculados à prestação dos serviços, que possam comprometer a operacionalização e a continuidade da prestação dos serviços;
  - X. Receber, em quaisquer dos casos de extinção do contrato, o cadastro atualizado dos usuários dos serviços de água e de esgoto e do acervo técnico da prestação dos serviços, em meio digital;
  - XI. Ser isento de qualquer ônus de solidariedade ou subsidiariedade em relação a todas as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, bem assim a quaisquer outras obrigações relacionadas ou decorrentes da exploração dos serviços;
  - XII. Ter livre acesso dos encarregados da fiscalização do MUNICÍPIO e do Ente Regulador delegado, especialmente designados, em qualquer época, às obras, equipamentos e instalações utilizados na prestação dos serviços, bem como aos dados e registros administrativos, contábeis, técnicos, econômicos e financeiros (cadastro técnico-comercial atualizado e disponível), realizados pela CORSAN, relativos ou pertinentes ao contrato;
  - XIII. Aplicar as penalidades previstas neste contrato;
  - XIV. Receber os bens reversíveis, nos termos deste contrato, em quaisquer das hipóteses de extinção do Contrato de Programa, conforme subcláusula quarta, cláusula trigésima;
  - XV. Receber desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre valor faturado, pela prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário aos próprios municipais. As economias serão classificadas na Tarifa Empresarial, categoria de uso "Pública", sendo que, em caso de inadimplência, poderá a CORSAN suspender a concessão do desconto; e





**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



168

- XVI. Em caso de não observância pela CORSAN do previsto na Cláusula Vigésima Segunda, inciso XXIII, poderá o ente municipal realizar a recomposição da pavimentação, mediante notificação ou aviso prévio, ressarcindo-se dos valores gastos conforme preços praticados pelo MUNICÍPIO ou na ausência deste, dos valores praticados pela CORSAN.

## DOS DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DA CORSAN

### OBRIGAÇÕES DA CORSAN

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA** - A CORSAN se obriga a:

- I. Elaborar e executar direta ou indiretamente, estudos, projetos e obras, obedecendo às prioridades, os objetivos e as condições estabelecidas neste contrato e no Plano Plurianual de Investimentos do Sistema;
- II. Garantir a prestação de serviços adequados nos termos deste contrato e da legislação aplicável;
- III. Dar ciência prévia e expressa ao MUNICÍPIO das obras que pretenda executar, em vias e logradouros públicos, ressalvados os casos de emergência, nos termos do regulamento específico;
- IV. Sinalizar as obras nas vias públicas durante toda a sua execução, sendo que quaisquer danos causados a terceiros, em virtude de falta ou insuficiência de sinalização, serão da inteira responsabilidade da CORSAN;
- V. Apresentar ao MUNICÍPIO, no primeiro trimestre de cada ano, prestação de contas na forma da cláusula trigésima sexta;
- VI. Publicar, anualmente, as demonstrações financeiras referentes ao Sistema na forma da legislação específica;



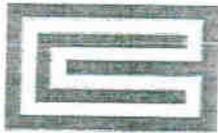


CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



- 17/10
- VII. A execução do serviço, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao MUNICÍPIO, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO, ou a quem este delegar, exclua ou atenuie essa responsabilidade, exceto nos casos legais;
  - VIII. Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço, as cláusulas contratuais e a legislação relativa à prestação dos serviços;
  - IX. Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço;
  - X. Organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à prestação dos serviços e zelar pela sua integridade, segurando-os adequadamente, e informar ao MUNICÍPIO, prévia e expressamente, qualquer operação financeira ou judicial em que faça recair garantia sobre os bens vinculados aos serviços, que possam comprometer a operacionalização e a continuidade da sua prestação;
  - XI. Organizar e manter, permanentemente atualizado, o cadastro dos respectivos usuários;
  - XII. Cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares do serviço, respondendo pelos eventuais danos causados em decorrência da prestação dos serviços;
  - XIII. Atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária e encargos decorrentes das obrigações relacionadas à prestação dos serviços;
  - XIV. Permitir aos encarregados da fiscalização do MUNICÍPIO e do Ente Regulador delegado, especialmente designados, livre acesso, em qualquer época, às obras, equipamentos e instalações utilizados na prestação dos serviços, bem como a seus dados e registros administrativos, contábeis, técnicos, econômicos e financeiros;



CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



28/11

- XV. Zelar pelo cumprimento da legislação federal, estadual e municipal, de proteção ambiental e de saúde pública, em especial, respondendo pelas eventuais conseqüências de seu descumprimento;
- XVI. Expedir os regulamentos de instalações prediais e/ou condominiais de água e de esgotamento sanitário, inclusive os de tratamento do tipo fossa séptica e poço sumidouro, fossa e filtro biológico, ou dispositivos equivalentes submetendo-os à aprovação do MUNICÍPIO;
- XVII. Encaminhar o Plano Plurianual de Investimentos, previsto na cláusula oitava, ao Ente Regulador delegado e disponibilizá-lo ao MUNICÍPIO;
- XVIII. Atender as exigências da fiscalização do MUNICÍPIO no que refere à reparação de vias e passeios públicos, substituições de redes, esgoto sanitário, poços de visita (PV), vazamentos, e outros similares, quando de competência da CORSAN, sob pena de ter de refazê-los, sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO, até que sejam liberados pela respectiva fiscalização;
- XIX. Operar os sistemas de esgotamento sanitários existentes (ETE's, Elevatórias de Esgoto e Redes Coletoras de Esgoto), à época da celebração deste instrumento contratual, desde que possuam licença de operação e estiverem em plenas condições técnicas de operação dentro dos padrões vigentes, conforme normas técnicas existentes e adotadas pela CORSAN;
- XX. Universalizar o esgotamento sanitário no Município de Santa Cruz do Sul em conformidade com o PMSB;
- XXI. Incluir na categoria de tarifa social a população que preencher os requisitos estabelecidos em Lei Municipal e na política tarifária vigente da CORSAN;
- XXII. Permitir, através de cessão de uso ao MUNICÍPIO, o acesso, pelos alunos da rede municipal de ensino, do Centro de Educação Ambiental localizado às margens do Rio Pardinho, a ser regrado em Convênio específico; e





**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



19/4

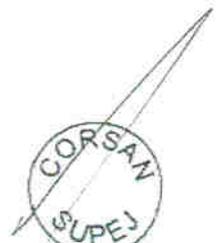
- XXIII. Efetuar a recomposição da pavimentação removida nas vias em consequência de intervenções nas redes de distribuição de água ou coleta de esgoto, com alta qualidade, no prazo de:
- a. 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da finalização do serviço, para obras novas com PMF (asfalto frio), provisoriamente;
  - b. 10 (dez) dias úteis, contados a partir da finalização do serviço de obras de reparos, com PMF (asfalto frio), provisoriamente; e
  - c. 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir da finalização do serviço, para obras novas e reparos com recomposição em CBUQ. Todas as recomposições feitas com PMF (asfalto frio) serão em caráter provisório, devendo, nos prazos elencados neste artigo, receber CBUQ (asfalto quente).

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA** - A CORSAN deverá manter, gratuitamente, serviço de atendimento aos usuários para registro protocolado das suas solicitações, sugestões e reclamações, bem como das soluções e respostas apresentadas, de acordo com os prazos legais e regulamentares, devendo sempre fornecer ao usuário protocolo comprobatório da comunicação, com os correspondentes dia e horário.

#### **DOS DIREITOS E GARANTIAS DA CORSAN**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA** - Na exploração do Serviço de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, a CORSAN poderá:

- I. Utilizar-se de vias públicas, estradas, caminhos e terrenos de domínio municipal, para o fim específico de execução do objeto do presente Contrato, competindo ao MUNICÍPIO, observando e respeitando o objeto deste contrato, estabelecer as condições de sua utilização, bem como a sujeição das obras aos regulamentos específicos vigentes no Município;





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



20/4

- II. Suspender o abastecimento de água de usuários inadimplentes, observado o Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto, as disposições do Código de Defesa do Consumidor e da Lei Federal n.º 11.445/07;
- III. Aplicar os regulamentos de instalações prediais e/ou condominiais de água e de esgotamento sanitário, inclusive os de tratamento do tipo fossa séptica e poço sumidouro, fossa e filtro biológico, ou dispositivos equivalentes submetendo-os à aprovação do MUNICÍPIO;
- IV. Aplicar o disposto no Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto;
- V. Nos contratos de financiamento, poderá oferecer em garantia os direitos emergentes do Sistema, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA** - Sem prejuízo das responsabilidades referidas neste Contrato, a CORSAN poderá contratar terceiros para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados.

**Subcláusula Primeira** - Os contratos celebrados entre a CORSAN e os terceiros reger-se-ão pelas regras que regem as contratações da Administração Pública, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o MUNICÍPIO.

**Subcláusula Segunda** - A execução das atividades contratadas com terceiros pressupõe o cumprimento das normas regulamentares do serviço concedido.

### DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA** - Sem prejuízo do disposto no art. 7º, da Lei nº 8.987/95, do art. 9º da Lei Federal n.º 11.445/07 e do Código de Defesa do Consumidor, são direitos dos usuários:

- I. Receber serviço adequado;





**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



21

- II. Receber do MUNICÍPIO e da CORSAN informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;
- III. Receber da CORSAN, dentro do mês de vencimento, o mínimo de seis datas opcionais para a escolha do dia de vencimento de seus débitos;
- IV. Atendimento, pela CORSAN, dos pedidos de seu interesse, nos prazos e condições fixados neste contrato e nas normas e regulamentos editados pelo MUNICÍPIO, sendo-lhe garantida a prestação do serviço, independentemente do pagamento de valores não previstos nas normas do serviço ou de débito não imputável ao solicitante;
- V. Receber o ressarcimento dos danos que, porventura, lhe sejam comprovadamente causados em função do serviço concedido, ressalvados os danos decorrentes de:
  - a. Deficiências técnicas nas instalações internas da unidade consumidora;
  - b. Má utilização das instalações;
  - c. Caso fortuito ou força maior;
  - d. Prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos.
- VI. Acesso ao Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto e elaborado nos termos deste contrato;
- VII. Acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA** - Sem prejuízo do disposto no Código de Defesa do Consumidor, são deveres dos usuários:

- I. Levar ao conhecimento do MUNICÍPIO e da CORSAN as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;





**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



- II. Comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela CORSAN na prestação do serviço;
- III. Contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços;
- IV. Requerer a CORSAN a ligação de seus imóveis aos serviços, conforme determinam o art. 18, da Lei Estadual nº 6.503/72, e o art. 137, da Lei Estadual nº 11.520/00, excetuando-se da obrigatoriedade as situações de impossibilidade técnica;
- V. Arcar com o custo das ligações de seus prédios ao serviço;
- VI. Permitir o livre acesso da CORSAN para o exame das instalações hidráulico-sanitárias prediais em qualquer tempo.

**Subcláusula Única** - Para atendimento das solicitações de ligação aos serviços, serão verificadas as possibilidades de atendimento pela CORSAN, observadas normas e regulamentos.

### DA FISCALIZAÇÃO

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA** - A fiscalização periódica da execução dos serviços cabe ao MUNICÍPIO e ao Ente Regulador delegado, nos termos do convênio de delegação firmado com o Município, com a cooperação dos usuários, por comissão composta por representantes do MUNICÍPIO, do Ente Regulador delegado, da CORSAN e dos usuários, nos termos de norma regulamentar.

**Subcláusula Única** - No exercício da fiscalização, a comissão referida no caput terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da CORSAN e poderá acompanhar os serviços de controle de qualidade e a execução das obras e serviços.

### DAS PENALIDADES CONTRATUAIS





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



23

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA** – O descumprimento, por parte da CORSAN, de qualquer cláusula ou condição deste contrato e demais normas técnicas pertinentes, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas, ensejará a aplicação das penalidades de advertência e, quando for o caso, multa prevista nos regulamentos da concessão e dos serviços ou rescisão contratual, bem como contrapropaganda, nos termos do disposto no Anexo III do presente contrato.

**Subcláusula Primeira** - A graduação das sanções observará as seguintes escalas:

- a. A infração será considerada leve, quando decorrer de condutas involuntárias ou escusáveis da CORSAN e da qual ela não se beneficie;
- b. A infração será considerada de média gravidade quando decorrer de conduta inescusável, mas que não traga para a CORSAN qualquer benefício ou proveito;
- c. A infração será considerada grave, quando o Ente Regulador Delegado constatar presente um dos seguintes fatores:
  - c.1. ter a CORSAN agido de má-fé; e
  - c.2. da infração decorrer benefício direto ou indireto para a CORSAN.

**Subcláusula Segunda** - A penalidade de advertência imporá à CORSAN o dever de cumprir, no prazo estabelecido, as obrigações contratuais em que esteja inadimplente, e será aplicada quando a CORSAN:

- a. Não permitir o ingresso dos servidores do Ente Regulador Delegado para o exercício da fiscalização na forma prevista neste Contrato;
- b. Não facilitar ou impedir o acesso aos livros, documentação contábil e demais informações correlatas à prestação do serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário e





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



24

- c. Deixar de prestar, no prazo legal, as informações solicitadas ou aquelas a que esteja obrigada independentemente de solicitação.

**Subcláusula Terceira** - Sem prejuízo das demais hipóteses ensejadoras da aplicação de advertência, nas infrações classificadas como leves, quando da sua primeira ocorrência, a pena de multa será substituída por pena de advertência da CORSAN, que será comunicada formalmente da sanção.

**Subcláusula Quarta** - A CORSAN se sujeitará às seguintes sanções pecuniárias, sempre a critério do Ente Regulador Delegado, obedecendo o devido processo administrativo para tanto:

- a. Por atraso injustificado no início ou na conclusão das obras informadas previamente ao Município por força do disposto na Cláusula Vigésima Segunda, III, multa, por infração, de 0,3%, aplicado sobre as tarifas arrecadadas no mês de ocorrência da infração;
- b. Por descumprimento injustificado do Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto, multa, por infração, de 0,1% das tarifas arrecadadas no mês de ocorrência da infração, limitado à 2% ao ano;
- c. Pela suspensão injustificada do serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário, por infração, multa de 0,01% do valor das tarifas arrecadadas no mês de ocorrência da infração, limitado à 2% ao ano;
- d. Considera-se infração, para fins de quantificação, a suspensão injustificada do serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário, independentemente da extensão desabastecida, decorrentes do mesmo fato gerador:
- d.1. A penalidade estabelecida na alínea "d" será majorada para 0,1% do valor das tarifas arrecadadas no mês da ocorrência da infração, caso a CORSAN não comprove o início da execução do serviço de reparação





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



25/11

em até 06 (seis) horas, contadas do conhecimento do fato, seja por constatação ou por comunicação;

- d.2. A critério do Ente Regulador Delegado, a penalidade estabelecida na alínea "d", poderá ser majorada para até 0,2% caso não seja restabelecido o abastecimento o serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em até 36 (trinta e seis) horas, contadas do conhecimento do fato, seja por constatação ou por comunicação;
- d.3. Considera-se justificativa plausível, para fins de elidir as penalidades previstas nesta alínea, aquela que demonstre ter sido, a suspensão, ocasionada por fatores alheios à vontade e à capacidade de prevenção da CORSAN;
- d.4. As penalidades previstas nesta alínea serão elididas, mesmo que com justificativa plausível, caso a CORSAN demonstre ao Ente Regulador Delegado, que tomou medidas concretas e efetivas tendentes à reativação do serviço, o que não ocorreu por fatos alheios à sua vontade.

**Subcláusula Quinta** - A falta injustificada de pagamento de qualquer multa fixada nos termos do disposto nesta Cláusula implicará a incidência de correção monetária e juros de 1,0% (um) por cento ao mês "pro rata die", até o limite máximo admitido em Lei e no previsto no correspondente regulamento.

**Subcláusula Sexta** - As multas previstas nesta Cláusula serão aplicadas sem prejuízo da caracterização das hipóteses de intervenção ou declaração de caducidade previstas no Contrato.

**Subcláusula Sétima** - O valor total das multas aplicadas a cada ano não poderá exceder a 12% (doze por cento) do faturamento médio mensal, constante do balanço do último exercício social, correspondente à prestação do serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp with the text "CORSAN" and "SUPEJ".



CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



26/A

**Subcláusula Oitava** - A aplicação de multas à CORSAN não a isenta do dever de reparar os danos eventualmente causados ao MUNICÍPIO.

**Subcláusula Nona** – Nos casos de reincidência em mesma prática infrativa, julgada em última instância, durante o intervalo de 01 (um) ano, contado da data do recebimento do Termo de Notificação – TN, a penalidade a ser aplicada será de multa, observado o limite estabelecido na Subcláusula Sétima desta Cláusula, a ser fixada considerando-se:

- a. as situações agravantes e atenuantes;
- b. a extensão do dano causado ao município ou a terceiros;
- c. a vantagem eventualmente auferida com a infração; e
- d. a condição econômica da infratora.

**Subcláusula Décima** – Caso as infrações cometidas sejam oriundas de atos praticados pela CORSAN, devidamente comprovadas, com negligência e má-fé e importem na reincidência da aplicação de penalidades superiores ao limite previsto na Subcláusula Sétima, o MUNICÍPIO poderá intervir no serviço, na forma da lei, observados, sempre, o devido processo legal, o contraditório e o amplo direito de defesa, pelos meios e recursos a ele inerentes.

**Subcláusula Décima Primeira** - A atuação fiscalizadora do MUNICÍPIO, o processo administrativo de aplicação de penalidade, o processo administrativo de inadimplência contratual estão disciplinadas pelo Regulamento que é parte integrante deste Contrato como Anexo III.

**Subcláusula Décima Segunda** – A CORSAN não estará sujeita às penalidades previstas no Contrato se comprovado que a não realização da obrigação específica decorreu de fato, ato ou circunstância imputada unicamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros.





**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



27/4

**Subcláusula Décima Terceira** - O simples pagamento da multa não eximirá a CORSAN da obrigação de sanar a falha ou irregularidade a que deu origem.

**Subcláusula Décima Quarta** - A aplicação das penalidades previstas neste CONTRATO e a sua execução não prejudicam a aplicação das penas cominadas, para o mesmo fato, pela legislação aplicável.

**Subcláusula Décima Quinta** - Em todos os casos deverá ser observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa, pelos meios e recursos a ela inerentes.

#### DA EXTINÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA** - A delegação da prestação de serviços extingue-se nos termos da Lei Federal nº 11.107/05 e da Lei Federal nº 8.987/95, art. 35 e parágrafos, por:

- a. Advento do termo contratual ou de sua prorrogação;
- b. Encampação;
- c. Acordo formal entre o MUNICÍPIO e a CORSAN;
- d. Caducidade;
- e. Rescisão;
- f. Anulação;
- g. Extinção da CORSAN;
- h. A CORSAN deixar de integrar a Administração Indireta do Estado.

**Subcláusula Primeira** - A extinção somente se efetivará com a conseqüente entrega ao MUNICÍPIO de todas as instalações, móveis e equipamentos relativos aos serviços, considerados como bens e direitos reversíveis da delegação.

**Subcláusula Segunda** - Extinta a delegação da prestação de serviços haverá a imediata assunção dos mesmos pelo MUNICÍPIO.

*[Handwritten signatures and stamps]*

*[Circular stamp: CORSAN (RPE)]*



**CORSAN** COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



**Subcláusula Terceira** - A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo MUNICÍPIO, de todos os bens reversíveis.

**Subcláusula Quarta** - Com a extinção da delegação da prestação de serviços, apurado o eventual quantum indenizatório, caberá ao MUNICÍPIO indenizar à CORSAN, nos termos da lei e deste contrato.

### DOS BENS QUE INTEGRAM A DELEGAÇÃO

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA** - A delegação da prestação de serviços é integrada pelos bens tangíveis e intangíveis afetos à prestação dos serviços, existentes na data de assinatura deste contrato, ou que a ela venham a ser integrados, mediante prévia edição de lei específica na área da delegação dos serviços, descritos no inventário de bens, conforme Anexo IV, e atualizações anuais.

**Subcláusula Primeira** - Na assinatura deste contrato, nos casos de existência de bens de propriedade do MUNICÍPIO destinados à execução dos serviços, os mesmos serão transferidos ao patrimônio da CORSAN, mediante prévia avaliação.

**Subcláusula Segunda** - Os bens deverão ser recuperados, conservados, mantidos e operados em condições normais de uso, de forma que, quando revertidos ao MUNICÍPIO, se encontrem em estado normal de uso, exceto pelo desgaste natural de sua utilização.

**Subcláusula Terceira** - Os bens atualmente existentes, ao final deste Contrato (40 anos) serão revertidos ao Município, sem ônus, nos termos da Cláusula Quadragésima Nona.

### DA REVERSÃO DOS BENS INTEGRANTES DA DELEGAÇÃO

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA** - A reversão dos bens far-se-á com o pagamento, pelo MUNICÍPIO, das parcelas dos investimentos vinculados aos bens adquiridos pela CORSAN e não constantes na versão atual do Plano Municipal de Saneamento Básico, ainda não amortizados ou depreciados observadas as respectivas competências e





**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



29/11

proporcionalidades, respeitada a necessidade de prévio levantamento e avaliação, de acordo com a Cláusula Trigésima Terceira e suas Subcláusulas.

**Subcláusula Única** - Na extinção do contrato, após o procedimento dos levantamentos e avaliações previstos na cláusula trigésima, será lavrado termo de devolução e reversão dos bens, a serem devidamente identificados.

### DAS INDENIZAÇÕES DEVIDAS À CORSAN

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA** - Em qualquer das hipóteses de extinção da delegação da prestação dos serviços será apurado se o MUNICÍPIO deverá indenizar a CORSAN, observadas as condições estabelecidas nesta cláusula.

**Subcláusula Primeira** - Serão procedidos os levantamentos e avaliações necessários visando apurar os valores eventualmente devidos.

**Subcláusula Segunda** - Os critérios a serem utilizados como parâmetros para o cálculo da indenização, a ser elaborado por perito, serão:

- I. Os registros contábeis apropriados, nos quais constarão os registros dos bens e dos investimentos realizados no Sistema;
- II. O valor de mercado dos bens patrimoniais, apurado através de avaliação, consideradas a depreciação ou amortização contábil e as reais condições de uso e/ou operacionalidade dos bens existentes;
- III. Os bens públicos móveis e imóveis destinados à execução dos serviços, existentes quando da delegação destes e transferidos à CORSAN, terão seus valores depreciados e descontados do montante apurado a título de indenização;
- IV. Incidência da indenização sobre as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade dos serviços concedidos;





**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



30/4

- V. A partir da vigência deste Contrato de Programa, não serão computados os valores referentes aos investimentos realizados pelo MUNICÍPIO, inclusive os investimentos oriundos de recursos não onerosos, por proprietários ou incorporadoras de loteamentos, conforme estabelecido no presente Contrato.

**Subcláusula Terceira** - A atualização monetária será calculada pelos mesmos índices aplicados no reajuste tarifário.

**Subcláusula Quarta** - No caso de decretação da caducidade, o pagamento da indenização não será prévio, podendo este ser calculado no decurso do processo.

**Subcláusula Quinta** - O pagamento da indenização será parcelado em tantas vezes quantas forem necessárias para permitir o cumprimento da obrigação pelo MUNICÍPIO, segundo suas reais possibilidades financeiras, nos seguintes casos de extinção do contrato:

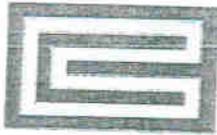
- a. Rescisão pela CORSAN;
- b. Por caducidade;
- c. Por transferência da delegação dos serviços ou do controle societário da CORSAN;
- d. Por extinção da CORSAN;
- e. Por deixar a CORSAN de integrar a administração indireta do Estado;
- f. Por anulação do Contrato.

**Subcláusula Sexta** - Nos demais casos de extinção previstos no caput da cláusula trigésima, a indenização será prévia.

**Subcláusula Sétima** - Do valor apurado, a título de eventual indenização, poderão ser descontados os créditos decorrentes de multas contratuais e danos provocados pela CORSAN, até o limite dos prejuízos causados ao MUNICÍPIO.

#### DOS INVESTIMENTOS E DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS





**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



31  
2/

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA** - Quaisquer valores ou bens que entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, destinarem ao Município para aplicação nos serviços, objeto deste contrato, poderão ser recebidos diretamente pela CORSAN, nos termos da Lei.

**Subcláusula Primeira** - Os investimentos realizados pelas partes contratantes serão contabilizados em favor de quem suportou seu pagamento.

**Subcláusula Segunda** - Os investimentos realizados com recursos não onerosos obtidos pelos contratantes não serão remunerados.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA** - Caberá aos proprietários ou incorporadores a execução dos projetos e obras dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos loteamentos particulares, nos termos da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, sendo que a ligação destas infraestruturas à rede é condicionada a sua prévia entrega à CORSAN

**Subcláusula Primeira** - Os projetos referidos no "caput" deverão ter aprovação da CORSAN, a quem fica atribuída, conseqüentemente, a fiscalização da execução das obras.

**Subcláusula Segunda** - Os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário referidos nesta cláusula não serão considerados como investimentos para fins de remuneração e indenização.

### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA** - Anualmente, até o final do terceiro mês do exercício civil, a CORSAN prestará contas ao MUNICÍPIO e ao Ente Regulador delegado, da gestão dos serviços concedidos, mediante apresentação de:

- I. Relatórios, expedidos na forma a ser estabelecida pelo Ente Regulador delegado e segundo as prescrições legais e regulamentares específicas, relativos:

*[Handwritten signatures and stamps]*  
A circular stamp with the text "CORSAN SUPEJ" is visible at the bottom right, along with several handwritten signatures and initials.



CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



32

- a. À execução dos estudos, projetos e obras previstos no Plano Plurianual de Investimentos no Sistema;
  - b. Ao Desempenho Operacional da delegação que contenha informações específicas sobre os níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e modicidade das tarifas;
  - c. Ao registro e inventário dos bens vinculados à prestação dos serviços;
  - d. Ao desempenho operacional, econômico e financeiro.
- II. Demonstrações financeiras do Sistema e as individualizadas em nome do MUNICÍPIO;
- III. Demonstrativo da aplicação dos recursos financeiros captados pela CORSAN ou pela Administração Municipal, vinculados ao Município.

### DA SOLUÇÃO AMIGÁVEL DAS DIVERGÊNCIAS CONTRATUAIS

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA** - A solução amigável das eventuais divergências entre as partes, relativamente à aplicação das disposições deste contrato, será mediada pelo Ente Regulador delegado.

### DO FUNDO MUNICIPAL DE GESTÃO COMPARTILHADA

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA** - O Fundo Municipal de Gestão Compartilhada - FMGC, criado pela Lei Municipal n.º 7.057/2014 e aprovado pela Diretoria Colegiada da CORSAN, ata n.º 30/2014, datada de 02/07/2014, tem por objetivo garantir, de forma prioritária, investimentos em esgotamento sanitário no Município e contribuir com o acesso progressivo dos usuários ao saneamento básico e ambiental compreendido em sua integralidade.

**Subcláusula Primeira** - O Fundo Municipal de Gestão Compartilhada deixará de receber recursos quando a CORSAN atingir a universalização das economias ligadas com esgotamento sanitário, em relação às economias faturadas de água, na área

*(Handwritten signatures and stamps)*





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



33

urbana da sede do município, desde que possíveis de se ligarem à rede coletora, ou a qualquer tempo em comum acordo entre as partes contratantes.

**Subcláusula Segunda** – Eventuais recursos remanescentes à conta do fundo serão aplicados em melhorias do Sistema, conforme deliberação do Conselho Deliberativo do FMGC.

**Subcláusula Terceira** – Considera-se universalização do Sistema de Esgotamento Sanitário quando 83% (oitenta e três por cento) das economias conectadas ao Sistema de Abastecimento de Água forem possíveis de se conectar ao Sistema de Esgotamento Sanitário, considerado tecnicamente adequado pelo Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA** – Os recursos que constituirão o Fundo Municipal de Gestão Compartilhada serão decorrentes de:

- I 100% (cem por cento) do faturamento mensal proveniente dos serviços de esgotamento sanitário gerado no município contratante, descontados os tributos (COFINS; PASEP; IRPJ e CSLL ou outro tributo que venha a incidir direta ou indiretamente sobre o faturamento), assim como a inadimplência e Dividendos;
- II 5% (cinco por cento) do faturamento mensal proveniente dos serviços de fornecimento de água e serviço básico gerado no município contratante, descontados os tributos (COFINS; PASEP; IRPJ e CSLL ou outro tributo que venha a incidir direta ou indiretamente sobre o faturamento), assim como a inadimplência e Dividendos;
- III Valores decorrentes de arrecadações das penalidades de multa aplicadas pelo município aos usuários que não se conectarem as redes coletoras de esgoto, conforme Lei Municipal;
- IV Valores decorrentes de aplicações da penalidade de multa prevista no Contrato de Programa (cláusula 29 e anexo III); e,
- V Aportes de recursos realizados pelas partes e recursos externos, onerosos ou não.

*[Handwritten signatures and stamps]*

*[Circular stamp: CORSAN SUPLENTE]*



**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



**Subcláusula Primeira** – A CORSAN efetuará o primeiro cálculo do fundo, conforme incisos I e II desta cláusula, sobre o faturamento do mês subsequente à assinatura do contrato.

**Subcláusula Segunda** – A CORSAN efetuará o primeiro depósito referente aos recursos que constituirão o FMGC, até o último dia útil do segundo mês subsequente à assinatura do contrato. E os demais depósitos até o último dia útil dos meses subsequentes ao mês de faturamento.

**Subcláusula Terceira** – para apuração do IRPJ e CSLL no exercício corrente sobre a parcela, será utilizada a relação entre despesas/provisões do IRPJ, CSLL e Receita Operacional Bruta da CORSAN, apurada no mesmo mês de faturamento.

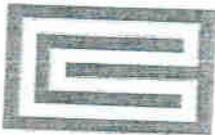
**Subcláusula Quarta**– para apuração do cálculo da inadimplência será utilizada a média móvel dos últimos doze meses, anteriores ao mês de faturamento.

**Subcláusula Quinta**– Caso ocorra a cobrança da penalidade da multa, pelo Município, conforme inciso III desta Cláusula, os valores deverão ser repassados ao FMGC no mês subsequente à arrecadação dos referidos valores.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA** - A destinação dos recursos financeiros que constituirão o FUNDO MUNICIPAL DE GESTÃO COMPARTILHADA se dará da seguinte forma:

- I. 70% (setenta por cento), dos valores depositados ficarão com a CORSAN, a crédito contábil do Município, e serão destinados exclusivamente para investimentos na ampliação e melhorias do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de forma a garantir um fluxo constante de recursos financeiros para atender as disposições de universalização em consonância com o Plano Municipal de Saneamento Básico. O valor estimado deste aporte ao longo dos 40 (quarenta) anos de Contrato de Programa é de R\$ 178.600.000,00 (cento e setenta e oito milhões e seiscentos mil reais);





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



35  
H

- II. 30% (trinta por cento) repassados à Prefeitura Municipal contratante para aplicação em programas, projetos e ações em Saneamento Básico e Ambiental. O valor estimado deste aporte ao longo dos 40 (quarenta) anos de Contrato de Programa é de R\$ 76.550.000,00 (setenta e seis milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), e destinados a:
- a. Estrutura de fiscalização quanto à efetivação, regularidade e obrigatoriedade das ligações de água e esgoto, incluindo despesas administrativas e aquisição de bens para tais finalidades visando equipar o órgão fiscalizador;
  - b. Execução de ações em educação ambiental;
  - c. Execução de ações em recuperação de áreas degradadas;
  - d. Execução de ações em saneamento básico e ambiental no município contratante;
  - e. Aproveitamento ambiental sustentável do Lago Dourado; e
  - f. Subsídio ao serviço de abastecimento de água, a ser regulado em Convênio.

**Subcláusula Primeira** – Para aplicação dos recursos previstos nos incisos I e II deverá ser apresentado projeto prévio ao Conselho Deliberativo, o qual será deliberado em reunião do FMGC, vedado expressamente o desvio de finalidade, devendo ser apresentada prestação de contas que será objeto de deliberação do referido Conselho.

**Subcláusula Segunda** – Os créditos dos recursos financeiros decorrentes do Inciso II desta cláusula serão depositados em conta bancária vinculada, específica e exclusiva, a ser criada pelo Município, sob sua titularidade, o qual terá plena gestão sobre os referidos recursos, sendo expressamente vedado o desvio de finalidade. Os desembolsos concernentes ao inciso supracitado deverão ser previamente aprovados pelo Conselho Deliberativo do FMGC e posteriormente deverá ser apresentada prestação de contas ao referido Conselho sobre os gastos efetuados, na forma prevista neste Contrato, em especial seu Anexo V. A Prefeitura deverá informar os dados da conta bancária em até dez dias após a assinatura deste Contrato.





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



36

**Subcláusula Terceira** – Os créditos dos recursos financeiros decorrentes da aplicação das penalidades previstas nos incisos III e IV da Cláusula Trigésima Nona serão destinados exclusivamente aos programas citados nas alíneas do inciso II da Cláusula Quadragésima, e serão depositados em conta bancária vinculada, específica e exclusiva do FMGC, sob titularidade da Prefeitura.

**Subcláusula Quarta** – Os valores previstos no inciso V da Cláusula Trigésima Nona serão alocados integralmente para investimentos em esgotamento sanitário, sendo vedada qualquer outra destinação, e serão depositados em conta bancária vinculada, específica e exclusiva do FMGC, sob titularidade da CORSAN.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA** – A CORSAN fará aporte extraordinário de recursos financeiros, a título de antecipação, no valor de R\$ 17.000.000,00 (dezesete milhões de reais) ao Fundo Municipal de Gestão Compartilhada, conforme destinação prevista no inciso II da Cláusula Quadragésima.

**Subcláusula Primeira** – Do valor supracitado, R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) serão destinados para investimentos em ações de sustentabilidade propostas pelo Município dividido em 30 parcelas, sendo as dez primeiras no valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e as vinte parcelas restantes no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais). A primeira parcela será transferida em até 30 dias após a celebração deste Contrato e as demais parcelas serão repassadas mensalmente, num interstício de 30 (trinta) dias.

- a) Os projetos, orçamento e respectivo cronograma de desembolso concernente às ações de sustentabilidade propostas pelo município, terão prévia aprovação do Conselho Deliberativo do Fundo Municipal de Gestão Compartilhada.

**Subcláusula Segunda** – O valor restante previsto na Cláusula Quadragésima, R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), será destinado para subsídio ao serviço de abastecimento de água aos usuários residenciais do município de Santa Cruz do Sul, limitado ao percentual de 16% (dezesesseis por cento) sobre a tarifa residencial.



CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



37

- a) A operacionalização de tal subsídio ficará a cargo da CORSAN, assegurada supervisão por parte do Conselho Deliberativo do FMGC, sendo que os recursos ficarão a crédito contábil do município, excepcionando o previsto na Subcláusula Segunda, da Cláusula Quadragésima.
- b) O percentual de subsídio, limitado a 16% (dezesesseis por cento), será apurado anualmente considerando a diferença percentual entre o IGP-M (índice do edital) e o IRT (cesta de índices de correção da tarifa de serviços da CORSAN calculada pela AGERGS). Esse índice será aplicado sobre o percentual de subsídio aplicado no primeiro ano e, assim, sucessivamente, definindo assim o subsídio a ser aplicado nas tarifas do respectivo exercício. A data-base para aplicação da readequação do subsídio será a mesma da CORSAN, ou seja, mês de julho.
- c) Para o ano de 2014, não será computado para o cálculo acima a diferença entre o IRT e eventual percentual que vier a ser concedido pela AGERGS a título de revisão tarifária, uma vez que esta contempla perdas verificadas em período anterior à formalização do presente instrumento contratual.

**Subcláusula Terceira** – Os valores aportados ao FMGC, totalizando R\$ 17.000.000,00 (dezesete milhões de reais), e destinados de acordo com as subcláusulas Primeira e Segunda desta Cláusula, serão contabilizados como adiantamentos dos valores destinados ao Município, conforme previsto no Inciso II da Cláusula Quadragésima. Após este valor ser quitado, o Município irá receber os repasses, mensalmente, dentro do período contratual.

**Subcláusula Quarta** – A destinação do aporte de recursos financeiros para criação do FMGC, no valor de R\$ 17.000.000,00 (dezesete milhões de reais) será exclusivamente aquela definida no inciso II da Cláusula Quadragésima. A Prefeitura deverá informar os dados da conta bancária vinculada, específica e exclusiva do FMGC, a ser criada pelo Município, em até dez dias após a assinatura deste Contrato.





**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



38/21

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA** – O Fundo Municipal de Gestão Compartilhada será gerido pelo Conselho Deliberativo, a ser instituído em até 60 (sessenta) dias, contados a partir da assinatura do presente instrumento.

**Subcláusula Primeira** – O Conselho Deliberativo será formado por 03 (três) representantes titulares e 03 (três) suplentes designados pelo Município, e 03 (três) representantes titulares e 03 (três) suplentes designados pela CORSAN, onde um representante será eleito como coordenador e outro como vice-coordenador, com mandato de 4 (quatro) anos. A coordenação ficará a cargo de cada um dos contratantes, em períodos alternados, iniciando-se pelo Município. Os suplentes poderão participar das reuniões, mas só terão direito a voto quando empossados como titulares na falta de seus pares correspondentes.

**Subcláusula Segunda** – O Conselho Deliberativo do FMGC, no seu funcionamento, obedecerá ao disposto no anexo V do presente instrumento contratual.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA** - A CORSAN ficará responsável pela realização e implantação dos projetos executivos, execução das obras de infraestrutura e procedimentos licitatórios e contratações que envolverem a aplicação dos recursos do Fundo, elencados pelo Conselho Deliberativo conforme inciso III do artigo 3º do Anexo V do presente contrato e inciso I da Cláusula Quadragésima. Da mesma forma, a CORSAN se responsabilizará pela execução e fiscalização dos serviços contratados. A CORSAN ficará com a posse dos bens gerados pelo fundo, passando a integrar seu Ativo Intangível no período do contrato, sendo reversíveis ao término deste. Em caso de indenização à CORSAN, a mesma ocorrerá de acordo com a Cláusula Trigesima Terceira e suas Subcláusulas.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA** - Os recursos do FMGC poderão ser utilizados em operações de crédito como garantia e para pagamentos de financiamentos dos investimentos necessários em esgotamento sanitário no Município

*[Handwritten signatures and stamps]*

*[Circular stamp: CORSAN SUPEJ]*



**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



39  
4

contratante, conforme disposto no art. 13 e parágrafo único da Lei Federal 11.445/2007.

**Subcláusula Única** – Os recursos externos de qualquer natureza serão alocados integralmente no FMGC para investimentos em esgotamento sanitário, sendo vedada qualquer outra destinação.

### **DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO E DA CORSAN PARA UNIVERSALIZAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA** – Como forma de assegurar a exequibilidade das disposições contratuais estabelecidas pelas partes, visando o atendimento das diretrizes contidas na Lei Federal 11.445/2007, na Lei Estadual 11.520 de 03/08/2000 e neste Contrato:

- I. A CORSAN assume a obrigação de universalizar o Sistema de Esgotamento Sanitário, na sede urbana do MUNICÍPIO, dentro do prazo previsto no Plano Municipal de Saneamento Básico, observando também o previsto na Subcláusula Segunda, da Cláusula Quarta deste Contrato de Programa.
- II. Caberá à CORSAN a inteira e exclusiva responsabilidade pelos compromissos decorrentes de endividamento, sem qualquer ônus ou responsabilidade, nem mesmo subsidiária, do MUNICÍPIO, além dos compromissos assumidos na Cláusula Trigésima Oitava e seguintes que implanta e rege o Fundo Municipal de Gestão Compartilhada, que tem por objetivo principal universalizar a disponibilidade dos serviços de esgotamento sanitário;
- III. Como estímulo à ligação dos imóveis situados em logradouros beneficiados com redes coletoras de esgotamento sanitário, a CORSAN efetuará a cobrança inicial pelos serviços da seguinte forma:





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



40/2

Solicitação de ligação do imóvel a rede coletora de esgoto	Carência para início da cobrança
Até 30 dias após a visita/comunicado da CORSAN	Início do faturamento após seis meses da ligação
Entre 30 e 60 dias após a visita/comunicado da CORSAN	Início do faturamento após três meses da ligação
Após 60 dias da visita/comunicado da CORSAN	Início do faturamento a partir do pedido de ligação

- IV. A CORSAN está autorizada a efetuar a cobrança pelos serviços, considerando a sua disponibilidade e obrigatoriedade de conexão definida por lei quando, superados 60 (sessenta) dias da comunicação ao usuário beneficiado, o mesmo não comparecer na Unidade de Saneamento para efetuar o pedido de ligação, devendo ainda, informar ao MUNICÍPIO e ao Ministério Público Estadual, nome e endereço do mesmo para a adoção das medidas cabíveis.
- V. Não acontecendo a autorização legal prevista no inciso anterior, fica a CORSAN desobrigada em atender o inciso I desta Cláusula, tendo em vista que as tarifas arrecadadas pela prestação de serviços de esgotamento sanitário são uma das fontes de financiamento do plano de expansão do Sistema de Esgotamento Sanitário do MUNICÍPIO, tanto via Fundo Municipal de Gestão Compartilhada, quanto para amortização de empréstimos atuais e futuros contraídos pela CORSAN para o mesmo fim.

#### DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA** – Na execução do presente CONTRATO DE PROGRAMA serão observados os seguintes condicionantes e o disposto no Anexo VI, deste instrumento contratual:

- a. Em consonância com o Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB que computa os prazos do cronograma de investimentos em Ano 1, 2, 3,... será





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



41

- considerado como Ano 0 = ano da assinatura do contrato e Ano 1 o ano subsequente, e assim por diante;
- b. Será iniciado, em um prazo máximo de seis meses a contar da assinatura do presente contrato um estudo de concepção do sistema de abastecimento de água do Município de Santa Cruz do Sul, visando melhor dimensionar as reais necessidades do sistema desde a produção até a distribuição;
  - c. As ações do Plano Emergencial previsto na proposta enviada ao Município através do Ofício retro iniciarão no Ano 0, com exceção das ações relacionadas à ETA e ETE, considerando o exposto nos itens subsequentes. Referidas ações descritas no Plano Municipal deverão ser objeto de alinhamento técnico entre Município e CORSAN com posterior reprodução em plano de trabalho que passará a integrar o Contrato de Programa;
  - d. Execução a obra da Estação de Tratamento de Água – ETA de 800 l/s a partir do Ano 3, sendo que a partir do Ano 1 será destinado ao detalhamento do projeto executivo, licenciamento e licitação;
  - e. Adequação/ampliação da ETE Pindorama a partir do Ano 3, em face de sua atual ociosidade; e
  - f. Os demais investimentos propostos nos itens 1 e 2 da referida proposta permanecem com o cronograma de execução apresentado pelo PMSB, salientando que não estão inclusos os prazos licitatórios e os prazos de licenciamento ambiental que, quando necessários, serão acrescidos aos prazos de execução.





**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



42x

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA** - O Índice de Reajuste Tarifário – IRT estabelecido em conjunto pelas partes, com base em cesta de índices aprovada pelo Ente Regulador Estadual, conforme Resolução nº 1214/2010, será apurado em relação ao período anual de maio a abril.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA** - A CORSAN deverá apresentar juntamente com a primeira revisão dos valores das tarifas a Meta de Investimentos de Longo Prazo.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA** - Visando consolidar os valores remanescentes e a situação patrimonial dos bens reversíveis relativos ao contrato de concessão assinado em 1989 as partes, CORSAN e MUNICÍPIO, reconhecem o valor indenizável de R\$ 153.143.800,00 (cento e cinquenta e três milhões, cento e quarenta e três mil e oitocentos reais) conforme Laudo de Avaliação Patrimonial em anexo, datado de setembro de 2013 (Anexo VI).

**Subcláusula Primeira** – Acordam as partes que ao final do presente Contrato (40 anos) a indenização devida pelo MUNICÍPIO referida no caput desta Cláusula será considerada amortizada e depreciada ao final do Contrato de Programa.

**Subcláusula Segunda** – Nos casos de extinção da prestação dos serviços, previstos na Cláusula Trigésima, com exceção da alínea “a”, será considerado amortizado 2,5% (dois e meio por cento) do total referido no caput da Cláusula Quadragésima Nona a cada ano de vigência do Contrato de Programa, contados a partir da assinatura deste instrumento contratual.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA** – As partes poderão celebrar convênio de cooperação técnica visando estabelecer a forma, as condições e as responsabilidades quando da intervenção nos logradouros públicos pela CORSAN para realização dos serviços de ampliação e manutenção de redes, a execução da repavimentação e o eventual ressarcimento das despesas, em substituição ao disposto nos incisos XVI da Cláusula Vigésima Primeira e XXIII da Cláusula Vigésima Segunda.





**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



43

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA** – Visando realizar investimentos necessários à preservação do Lago Dourado e o interesse comum na promoção de ações voltadas à educação ambiental e à preservação dos recursos hídricos, a CORSAN e o município firmarão Convênio específico para a gestão da área do Lago Dourado que compreenderá, entre outros:

- a. As condições de uso e as responsabilidades dos partícipes; e
- b. A responsabilidade da CORSAN no repasse ao município de recursos financeiros no valor de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), para investimento no projeto de Aproveitamento Ambiental Sustentável do Lago Dourado. Tais aportes iniciarão a partir da primeira medição, sendo depositados na conta corrente específica aberta pelo Município.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA** – Será pactuado pelas contratantes, no prazo de 60 (sessenta) dias, Termo de Cessão de Uso e outras avenças que terá por escopo estabelecer:

- I. A cessão de uso para o MUNICÍPIO do Centro de Educação Ambiental localizado às margens do Rio Pardinho, que foi construído pela CORSAN a partir termo de ajustamento de conduta celebrado com Ministério Público Estadual;
- II. A cessão de uso para o MUNICÍPIO da área do entorno do Lago Dourado;
- III. Os objetivos de interesse público, ambiental, educativo e social, das condições de uso áreas cedidas, as responsabilidades e atribuições dos partícipes e o prazo das cessões, respeitada e observada a legislação vigente.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA** – As partes acordam em peticionar conjuntamente nos processos n.º 026/1.10.0010463-3 e 026/1.11.0001123-8 requerendo a extinção dos feitos, diante da perda de objeto, em face da assinatura do presente Contrato, o que será feito em um prazo de sessenta dias, a contar da assinatura referida.





**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA** - O presente Contrato poderá ser aditado, visando adequá-lo às necessidades dos serviços e atender o interesse das partes e à legislação federal, estadual e municipal incidente sobre os serviços de saneamento objeto do presente contrato.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA** - O Regulamento de Serviços de Água e Esgoto – RSAE, referido no presente contrato, foi homologado pelo Ente Regulador Estadual, conforme Resolução nº 1973/2009.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA** - Fica eleito o foro da Comarca do Município Contratante para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em três vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Porto Alegre, 02 de julho de 2014.

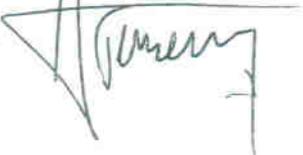
  
Arnaldo Luiz Dutra  
Diretor Presidente

  
Telmo José Kirst  
Prefeito Municipal

  
Antonio Carlos Martins  
Diretor de Operações

TESTEMUNHAS

1-



605.005.240/04

2-



53973580-68



## ANEXO I

### INDICADORES DE DESEMPENHO

Os indicadores de desempenho serão agrupados conforme a seguir:

1. Indicadores de Universalização dos Serviços;
2. Indicadores de Continuidade dos Serviços;
3. Indicadores de Qualidade dos Serviços e dos Produtos;
4. Indicadores de Qualidade Comercial;
5. Indicadores Econômico-Financeiros;
6. Indicadores de Produtividade.

### CONCEITOS E EXPRESSÕES DE CÁLCULO

#### 1. UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

##### 1.1 NUA - NÍVEL DE UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA

$$NUA = \frac{PA}{PT} \times 100$$

Sendo:

PA = População abastecida. É o valor do produto da quantidade de economias residenciais de água, no último mês do ano, pela taxa média de habitantes por domicílio dos municípios com contrato de programa

PT = População urbana total dos municípios com contrato de programa

##### 1.2 NUE - NÍVEL DE UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

$$NUE = \frac{PS}{PT} \times 100$$



**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



46/24

Sendo:

PS = População servida. É o valor do produto da quantidade de economias residenciais de esgoto, no último mês do ano, pela taxa média de habitantes por domicílio dos municípios com contrato de programa.

PT = População urbana total dos municípios com contrato de programa.

## 2. INDICADORES DE CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS

### 2.1 TAC - TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE QUANDO DA FALTA DE ÁGUA

$$TAC = \frac{1}{n} \left( \sum_{i=1}^N ti \right)$$

Sendo:

n = Número total de interrupções de água no período

ti = Tempo decorrido para correção do fato gerador da falta de água para a i-ésima interrupção do abastecimento.

### 2.2 DEC - DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUÇÃO DO SISTEMA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA POR ECONOMIAS

$$DEC = \frac{\sum_{i=1}^n EcoAtingidas(i) \times T(i)}{EcoTotal}$$

Sendo:

Eco. Atingidas (i) = Número de economias abrangidas pela i-ésima falha no sistema de fornecimento de água no conjunto e no período

T (i) = Tempo decorrido entre a detecção da i-ésima falha pela CORSAN e o efetivo reparo da falha

n = Número total de interrupção no fornecimento de água do conjunto no período

Eco. Total = Número total de economias do conjunto considerado





**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



47

### 2.3 NRP - ÍNDICE DE RECLAMAÇÕES PROCEDENTES POR FALTA DE ÁGUA POR 1.000 ECONOMIAS

$$NRP = \frac{NRP}{NE} \times 1.000$$

Sendo:

NRP = Número de reclamações procedentes no mês no conjunto

NE = Número de economias do conjunto

### 3. QUALIDADE DOS SERVIÇOS E DOS PRODUTOS

#### 3.1 ISC - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE

$$ISC = \frac{PS}{PT} \times 100$$

Sendo:

PS = Parcela da população da amostra satisfeita (soma dos conceitos bons e ótimos ou soma dos conceitos satisfeito e muito satisfeito) com os serviços prestados pela empresa

PT = População total da amostragem

#### 3.2 - IQA - ÍNDICE DE QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA

$$IQA = \sum_{i=1}^6 N(i) \times p(i)$$

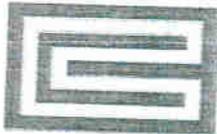
Sendo:

**N = Nota média do parâmetro no período**

p = Peso atribuído ao i-ésimo parâmetro

Para N deverão ser considerados os seguintes parâmetros e para p os seguintes índices: parâmetro (peso) coliformes totais (0,30); cloro livre residual (0,20); turbidez (0,15); fluoretos (0,15) cor (0,10) e ph (0,10)

*[Handwritten signatures and stamps]*  
A circular stamp with the text "CORSAN" and "GUPEJ" is visible at the bottom right, along with several handwritten initials and a signature.



**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



48

#### 4. QUALIDADE COMERCIAL

##### 4.1 QF – QUALIDADE DE FATURAMENTO

$$QF = \frac{CS}{CE} \times 1000$$

Sendo:

CS = Contas substituídas com os códigos 11, 12, 16, 22, 30, 31, 32, 34, 35

CE = Número de contas emitidas no mês

##### 4.2 IPF – ÍNDICE DE PERDA DE FATURAMENTO

$$IPF = \frac{VP - VF}{VP} \times 100$$

Sendo:

VP = Volume produzido

VF = Volume faturado

##### 4.3 IH - ÍNDICE DE HIDROMETRAÇÃO

$$IH = \frac{EM}{ET} \times 100$$

Sendo:

EM = Número total de economias de água com medição do conjunto

ET = Número total de economias de água do conjunto

##### 4.4 ICOB – ÍNDICE DE EFICIÊNCIA DA COBRANÇA

$$ICOB = \frac{AA}{FA} \times 100$$





**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



Sendo:

AA = Arrecadação acumulada dos últimos doze meses (a partir do mês n)

FA = Faturamento acumulado dos últimos doze meses (a partir do mês n-1)

## 5. ECONÔMICO-FINANCEIROS

### 5.1 ROP (S/DEPREC.) - RAZÃO OPERACIONAL SEM DEPRECIAÇÃO

$$ROP(s / deprec.) = \frac{DESP(s / deprec.)}{ROL} \times 100$$

Sendo:

DESP (s/deprec.) = Despesa operacional total excluída a depreciação

ROL = Receita operacional líquida

### 5.2 DCP - DESPESAS COM PESSOAL PRÓPRIO

$$DCP = \frac{DP}{ROL} \times 100$$

Sendo:

DP = Despesa com pessoal próprio

ROL = Receita operacional líquida

## 6. PRODUTIVIDADE

### 6.1 IPP1 - ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DE PESSOAL - 1

$$IPP1 = \frac{AF}{NE}$$

Sendo:

AF = Água faturada pela empresa em m<sup>3</sup>





**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



50/18

NE = Número total de empregados da empresa

### 6.2 IPP2 - ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DE PESSOAL - 2

$$IPP2 = \frac{LA + LE}{NE}$$

Sendo:

LA = Número total de ligações de água

LE = Ligações total de ligações de esgoto

NE = Número total de empregados da empresa

### 6.3 IPP3 - ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DE PESSOAL - 3

$$IPP3 = \frac{EA + EE}{NE}$$

Sendo:

EA = Número de economias com água

EE = Número de economias com esgotamento sanitário

NE = Número total de empregados da empresa

h

A





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



51

ANEXO II

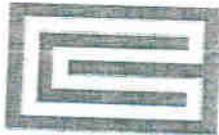
ESTRUTURA TARIFÁRIA

TARIFA	CATEGORIA	ÁGUA			ESGOTO	
		PREÇO BASE	SERVIÇO BÁSICO	TARIFA MÍNIMA SEM HIDR.	COLETADO PREÇO m3	TRATADO PREÇO m3
SOCIAL	BICA PÚBLICA	1,96	7,76	27,36	0,98	1,37
	RESID. A e A1	1,65	7,76	24,26	0,83	1,16
	m³ excedente	4,09			2,05	2,86
BÁSICA	RESIDENCIAL B	4,09	19,35	60,25	2,05	2,86
EMPRESARIAL	COMERCIAL C1	4,09	19,35	60,25	2,05	2,86
	m³ excedente	4,64				
	COMERCIAL	4,64	34,53	127,33	2,32	3,25
	PÚBLICA	4,64	68,96	161,76	2,32	3,25
	INDUSTRIAL até 1000m³	5,28	68,96	244,36	2,64	3,70
	acima de 1000m³	<b>(tabela especial)</b>				

Observações:

- O Preço Base do m³ é variável aplicando-se a Tabela de Exponenciais.
- Fórmula  $PB \times C^n$  (esse n é exponencial de c) acrescido dos custos do Serviço Básico.
- Nas categorias **Res A e A1** cujo consumo exceder a 10 m³, o Preço Base do excedente será calculado de acordo com o Preço Base da categoria **Res. B**.
- Na categoria **C1** cujo consumo exceder a 20 m³, o Preço Base do excedente será calculado de acordo com o Preço Base da categoria **Comercial**.
- O **Esgoto** será cobrado de acordo com o consumo ou do volume mínimo da categoria.





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



52

### ANEXO III

Regulamento para aplicação de penalidades e declaração de caducidade, diante do descumprimento das disposições contratuais, que passa a ser parte integrante do Contrato de Programa celebrado entre **MUNICÍPIO** e a **CORSAN**.

**CONSIDERANDO** o disposto na Cláusula Vigésima Nona do Contrato de Programa;

**CONSIDERANDO** o disposto no inciso III da Cláusula Vigésima do Contrato de Programa e artigo 38 e parágrafos da Lei Federal n.º 8.987/95;

**CONSIDERANDO** que é obrigação do Município aplicar as penalidades regulamentares e contratuais, nos termos da Cláusula Vigésima, inciso III, do Contrato de Programa, observados os princípios constitucionais que devem ser obedecidos pela administração pública, nos termos do artigo 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988, e do artigo 19 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, promulgada em 03.10.1989;

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 13 da Lei Federal n.º 11.107/05 e os artigos 23, VIII e 29, II da Lei Federal n.º 8.987/95 e a Lei Federal n.º 8.666/93, E A LEI Federal 11.445/2007, no que couber;

**CONSIDERANDO** a competência atribuída ao Ente Regulador delegado e convênio de delegação dos serviços de regulação assinado entre **MUNICÍPIO** e este Ente;

**CONSIDERANDO** a necessidade de disposição regulamentar atribuindo ao Ente Regulador delegado competência para atuar como instância administrativa recursal única;

Fica aprovado o presente Regulamento, nos seguintes termos:

52





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



53

## TÍTULO I

### DAS CLÁUSULAS PASSÍVEIS DE PENALIDADES

**Art. 1º.** O presente Regulamento tem por finalidade especificar as disposições contratuais que, uma vez descumpridas, são passíveis de aplicação das penalidades previstas na Cláusula Vigésima Nona do Contrato de Programa, celebrado entre **MUNICÍPIO** e **CORSAN**, assim como, os procedimentos a serem seguidos pelo **MUNICÍPIO**.

**Art. 2º.** As penalidades previstas contratualmente são:

- i. **Advertência** para que, no prazo de 30 (trinta) dias, proceda à adequação do serviço prestado aos parâmetros definidos no Contrato ou em instrumentos complementares;
- II. Em caso de inobservância da advertência, **multa**, a ser fixada nos termos da Cláusula Vigésima Nona do Contrato de Programa;
- III. **Contrapropaganda**, quando a **CORSAN** incorrer na prática de publicidade enganosa ou abusiva, nos termos do artigo 37 e seus parágrafos do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90).

**§ 1º.** Nos casos de reincidência em mesma prática infrativa, julgada em última instância, durante o intervalo de 01 (um) ano, contado da data do recebimento do Termo de Notificação - TN, a penalidade a ser aplicada será de multa, observado o limite estabelecido na Subcláusula Sétima da Cláusula Vigésima Nona do Contrato de Programa, a ser fixada considerando-se:

- I. As situações agravantes e atenuantes;
- II. A extensão do dano causado ao Município ou a terceiros;
- III. A vantagem eventualmente auferida com a infração; e,

53





**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



54

IV. A condição econômica da infratora.

§ 2º. Consideram-se circunstâncias atenuantes:

- I. A ação da autuada não ter sido fundamental para a consecução do fato gerador;
- ii. Ter a infratora adotado as providências pertinentes para minimizar ou, de imediato, reparar os efeitos do seu ato de não conformidade ou descumprimento contratual.

§ 3º. Consideram-se circunstâncias agravantes:

- I. Ter a infratora, comprovadamente, cometido a infração para obter vantagem além da legal, contratual e legitimamente permitida;
- II. A infração trazer consequências lesivas ao Município e a terceiros;
- III. Deixar a autuada de tomar as providências para evitar ou mitigar as consequências da infração;
- IV. Ter a autuada agido com dolo;
- V. A infração ter ocasionado dano coletivo.

§ 4º. Nos casos de reincidência continuada, poderá ocorrer a extinção do contrato pela declaração de caducidade, na forma prevista na Cláusula Trigésima do Contrato e neste Regulamento.

Art. 3º. A **CORSAN** não estará sujeita às penalidades estipuladas contratualmente quando a não viabilização de obrigação específica decorrer de fatos ou circunstâncias imputáveis unicamente ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros.

Art. 4º. Será passível de aplicação da penalidade de contrapropaganda, prevista na Cláusula Vigésima Nona do Contrato de Programa e neste Regulamento, a propaganda abusiva e/ou enganosa que chegar ao conhecimento, de forma notória,

*[Handwritten signatures and stamps]*



**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



55  
4

pelos veículos de imprensa ou que gerar reclamações reiteradas dos usuários por intermédio do órgão municipal de proteção ao consumidor e do Ente Regulador delegado.

§ único. A contrapropaganda será custeada integralmente pela autuada e deverá ser divulgada da mesma forma, frequência e dimensão e, preferencialmente, nos mesmos veículos de comunicação, local, espaço e horário, a fim de ser capaz de desfazer o malefício produzido pela publicidade julgada enganosa ou abusiva.

## TÍTULO II

### DA AÇÃO FISCALIZADORA

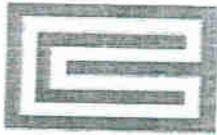
Art. 5º. A ação fiscalizadora, prevista no inciso II da Cláusula Vigésima do Contrato de Programa será executada pelo **MUNICÍPIO**, por secretaria ou órgão designado pelo Prefeito Municipal, que será consubstanciada em Relatório de Fiscalização, do qual será feito Termo de Notificação - TN, emitido em duas vias, contendo:

- I. Identificação do órgão ou secretaria representante do **MUNICÍPIO** e respectivo endereço;
- II. Nome e endereço da notificada;
- III. Descrição dos fatos levantados;
- IV. Indicação de não conformidade(s) e/ou determinação de ações a serem empreendidas pela **CORSAN**, se for o caso;
- V. Identificação do representante do **MUNICÍPIO**, com seu cargo, função, número da matrícula e assinatura;
- VI. Local e data da lavratura.

§ único. Uma via do TN será entregue, ou enviada mediante registro postal com Aviso de Recebimento (AR), ao representante legal **CORSAN** ou ao seu procurador

*[Handwritten signatures]*





**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



56 #

habilitado, na sede da notificada, para conhecimento e manifestação, se for o caso, sempre acompanhada, se existir, do respectivo relatório de fiscalização.

**Art. 6º.** A **CORSAN** terá o prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento do TN, para atender o notificado, adequando-se ao fato apontado como de não conformidade ou manifestar-se sobre o objeto do mesmo, inclusive juntando os elementos de informação que julgar convenientes.

§ 1º Quando da análise da manifestação da notificada, poderão ser solicitadas outras informações julgadas necessárias ao melhor esclarecimento dos fatos relatados.

§ 2º. O representante do Município responsável pela ação fiscalizadora poderá, excepcionalmente, conceder prorrogação do prazo, desde que solicitada tempestivamente e devidamente justificada pela notificada.

§ 3º. O TN será arquivado quando:

- I. Não comprovada a não conformidade apontada; ou,
- II. Consideradas procedentes as alegações da CORSAN; ou,
- III. A CORSAN acolhe o apontamento e atende no prazo estabelecido as determinações da fiscalização contidas no relatório.

### TÍTULO III

#### DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

##### Capítulo I

#### DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES CONSTANTES NO CONTRATO DE PROGRAMA

**Art. 7º.** Será lavrado Auto de Infração - AI, nos casos de:

- I. Comprovação da não conformidade;





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



57

- II. Não serem atendidas, no prazo, as determinações do MUNICÍPIO;
- III. Ausência de manifestação tempestiva da interessada ou prestada de forma insatisfatória.

**Art. 8º.** O Auto de Infração, emitido por funcionário de hierarquia superior ao responsável pela ação fiscalizadora, será instruído com o Relatório de Fiscalização, o TN e a respectiva manifestação da notificada, se houver, assim como a exposição de motivos da autuação e outros documentos a esta relacionados, que não implique duplicidade da documentação constante do processo de fiscalização correspondente.

**§ único.** O AI, quando eivado de vício ou incorreção, poderá ser retificado de ofício pelo responsável pela sua emissão. Neste caso, abrir-se-á novo prazo à autuada para apresentação de recurso.

**Art. 9º.** O AI será emitido em duas vias, contendo:

- I. O local e a data da lavratura;
- II. O nome, o endereço e a qualificação da autuada;
- III. A descrição do(s) fato(s) ou do(s) ato(s) constitutivo(s) da(s) infração (ões);
- IV. A indicação dos dispositivos legais, regulamentares, ou contratuais infringidos e as respectivas penalidades;
- V. A imposição da penalidade nos termos deste Regulamento e do Contrato;
- VI. Possibilidade de apresentação de recurso;
- VII. A identificação do responsável do MUNICÍPIO pela autuação, sua assinatura, a indicação do seu cargo ou função e o número de sua matrícula.





**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



58  
H

**§ único.** Uma via do AI será remetida, ou entregue, para efeito de notificação, ao representante legal da autuada, ou ao seu procurador habilitado, na sede da autuada, mediante registro postal com Aviso de Recebimento (AR) ou outro documento que comprove o respectivo recebimento.

**Art. 10.** O valor da multa será atualizado pelos mesmos índices de reajustamento das tarifas de água e esgoto.

**Art. 11.** Havendo o recolhimento da multa e observado, quando couber, o disposto no artigo antecedente, a autuada deverá encaminhar ao MUNICÍPIO uma via do respectivo comprovante, devidamente autenticado e sem rasuras.

**Art. 12.** O não recolhimento da multa no prazo estipulado no AI, sem interposição de recurso, ou no prazo estabelecido em decisão irrecurável na esfera administrativa, acarretará o imediato encaminhamento do processo administrativo à Procuradoria Municipal, para a inscrição do valor correspondente na Dívida Ativa do Município e respectiva cobrança, nos termos da Lei.

## Capítulo II

### DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INADIMPLÊNCIA

**Art. 13.** Poderá o MUNICÍPIO declarar a caducidade, por meio de decreto municipal, rescindindo o Contrato de Programa, constatando reiteradas e continuadas práticas infrativas que possam, de per si ou conjuntamente, caracterizar a inadimplência contratual, como previsto na Cláusula Trigésima do Contrato e neste Regulamento.

**Art. 14.** Como condição de validade e eficácia do processo, o mesmo deverá ser precedido de comunicação à CORSAN, por intermédio de Notificação, devidamente autorizada ou emitida pelo Prefeito Municipal, quanto ao(s) descumprimento(s) contratual (is) praticados, apurados em Relatórios de Fiscalização anteriormente realizados, com a fixação de prazo para a sua regularização definitiva.

H

H





**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



59  
/

§1º. A Notificação deverá ser enviada mediante registro postal com Aviso de Recebimento (AR), ao representante legal da notificada ou ao seu procurador habilitado, na sede, para conhecimento e providências pertinentes.

§ 2º. Cumprido o requisito anterior e decorrido o prazo concedido em notificação, o Sr. Prefeito Municipal autorizará a instauração de processo administrativo de inadimplência.

**Art. 15.** A CORSAN será intimada da instauração do processo administrativo de inadimplência e terá o prazo de 30 (trinta) dias para, querendo, apresentar defesa quanto aos fatos imputados ou a manifestação quanto à adequação de não conformidade e/ou cumprimento das determinações. Mediante justificativa da intimada, o Município poderá prorrogar o prazo previsto.

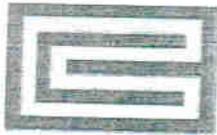
§ único. O Termo de Intimação deverá ser lavrado em três vias e conterà, necessariamente:

- I. Nome, endereço e qualificação da notificada;
- II. Indicação das cláusulas contratuais violadas;
- III. Descrição resumida dos fatos levantados;
- IV. Identificação da autoridade a quem será dirigida a defesa;
- V. Identificação do órgão ou secretaria emitente, com nome e assinatura do responsável;
- VI. Local e data da lavratura.

**Art. 16.** O processo administrativo deverá ser instruído com as seguintes peças:

- I. A Notificação e comprovante de entrega;
- II. Manifestação da CORSAN, se houver;





**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



604

- III. Autorização do Prefeito Municipal de instauração do processo;
- IV. Termo de Intimação à CORSAN, com comprovante de entrega;
- V. O histórico dos relatórios de fiscalização e/ou processos administrativos de aplicação de penalidades;
- VI. Parecer técnico contendo as transgressões à legislação e ao contrato de programa;
- VII. Defesa da CORSAN, se apresentada.

**Art. 17.** A decisão acerca da declaração de caducidade será proferida pelo Prefeito Municipal, com base nos elementos constantes no processo, com a devida intimação de seu inteiro teor à CORSAN e comunicação ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no prazo de 30 (trinta) dias.

§1º. A partir do recebimento da notificação pela CORSAN, passará a contar o prazo para recurso.

§ 2º. A decisão referida no "caput" deste artigo será decretada pelo Prefeito Municipal e publicada na imprensa oficial do Município, após decurso do prazo recursal não aproveitado pela CORSAN ou informação da negativa de provimento do recurso julgado pelo Ente Regulador delegado, em decisão irrecorrível.

### Capítulo III

#### DO RECURSO

**Art. 18.** Os procedimentos previstos neste Capítulo destinam-se tanto para as decisões proferidas nos processos de aplicação de penalidades, quanto para o Processo Administrativo de Inadimplência, ambos previstos neste Título.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



61  
H

**Art. 19.** O prazo para interposição de recurso será de 15 (quinze) dias, contados do recebimento do Auto de Infração que aplicou penalidade ou da intimação da decisão que julgou procedente a inadimplência contratual da CORSAN.

**§ único.** O recurso deverá ser dirigido ao Prefeito Municipal, que o receberá com efeito suspensivo, podendo reconsiderar a decisão recorrida ou remeter ao Ente Regulador delegado para julgamento, tudo no prazo de 5 (cinco) dias.

**Art. 20.** O Ente Regulador delegado receberá o recurso interposto e poderá, por decisão do Conselho Superior, confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente a decisão recorrida.

**§ 1º.** Se da aplicação do disposto no "caput" deste artigo puder decorrer gravame à situação da recorrente, esta deverá ser cientificada para que formule suas alegações no prazo de dez dias, contado da juntada do aviso de recebimento da notificação.

**§ 2º.** Na tramitação do recurso serão observados os procedimentos estabelecidos em Resolução do Ente Regulador delegado.

**§ 3º.** No caso de aplicação da penalidade de multa, a recorrente terá o prazo de 30 (trinta) dias para efetuar o respectivo recolhimento, nos termos deste Regulamento, contado da data da publicação da decisão do Ente Regulador delegado acerca do recurso.

**Art. 21.** A critério do Ente Regulador delegado poderão ser realizadas novas diligências processuais.

#### TÍTULO IV

#### DO TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTE DE CONDUTA

**Art. 22.** Durante a tramitação do processo administrativo, poderá o **MUNICÍPIO**, alternativamente à imposição de penalidade ou declaração de caducidade, firmar com

*[Handwritten signatures and stamps]*  
A circular stamp with the text "CORSAN" and "SUPEJ" is visible at the bottom right, along with several handwritten initials and signatures.



**CORSAN**

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



*62/H*

a CORSAN termo de compromisso de ajuste de conduta, visando à adequação da conduta irregular às disposições regulamentares e/ou contratuais aplicáveis.

§ 1º. As metas e compromissos objeto do termo referido neste artigo deverão, no seu conjunto, ser compatíveis com as obrigações previstas no Contrato de Programa firmado entre o **MUNICÍPIO** e a **CORSAN**.

§ 2º. Do termo de compromisso de ajuste de conduta constará, necessariamente, o estabelecimento de multa pelo seu descumprimento. Em caso de processo administrativo de aplicação de penalidade de multa, o valor será correspondente ao montante da penalidade que seria aplicada, acrescido de 20% (vinte por cento).

## TÍTULO V

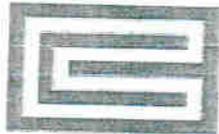
### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 23.** Ao Ente Regulador delegado, se solicitado, poderá realizar mediação entre as partes.

*G*

*H*





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



63  
H

ANEXO IV

INVENTÁRIO DE BENS

(Valores históricos)

H

H  
  
CORSAN  
SUPLENTE



CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



64

## ANEXO V

### REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO MUNICIPAL DE GESTÃO COMPARTILHADA

#### CAPÍTULO I

#### DO OBJETIVO

Art. 1º - O presente regimento estabelece as normas de funcionamento e regimento do Conselho Deliberativo do Fundo Municipal de Gestão Compartilhada do Município de Santa Cruz do Sul.

Parágrafo 1º - O Fundo Municipal de Gestão Compartilhada - FMGC, criado pela Lei Municipal n.º 7.057/2014 e aprovado pela Diretoria Colegiada da CORSAN, ata n.º 30/2014, datada de 02/07/2014, está previsto no CONTRATO DE PROGRAMA e tem por objetivo garantir, de forma prioritária, investimentos em esgotamento sanitário no Município e contribuir com o acesso progressivo dos usuários ao saneamento básico e ambiental.

Parágrafo 2º - O Conselho Deliberativo do Fundo Municipal de Gestão Compartilhada é um colegiado, consultivo e deliberativo no âmbito de sua competência, cabendo-lhe a gestão dos recursos financeiros vinculados ao referido Fundo.

Parágrafo 3º - Todas as decisões do Conselho Deliberativo do FMGC, quanto a investimentos e captação de recursos externos (onerosos ou não), conforme previsto no CONTRATO DE PROGRAMA, deverão ser submetidos à aprovação do Município e da CORSAN.

Parágrafo 4º - As expressões – Conselho Deliberativo do Fundo de Gestão – e a sigla – CDFG, se equivalem para efeito de identificação, referência ou comunicação.

#### CAPÍTULO II

#### DA FINALIDADE E COMPETÊNCIA



CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



65

Art. 2º - O CDFG tem por finalidade ser um órgão colegiado autônomo, normativo, deliberativo e consultivo, responsável pela gestão compartilhada e aplicação dos recursos para investimentos em esgotamento sanitário do FMGC, bem como acompanhar e deliberar acerca da prestação de contas da parcela do FMGC destinada ao Município, para ações em Saneamento Ambiental.

Art. 3º - Compete ao CDFG:

- I. Reunir-se ordinariamente a cada três meses e extraordinariamente quando convocado pelo Coordenador ou por maioria absoluta de seus membros, lavrando-se ata, ressaltando que as reuniões extraordinárias não poderão ultrapassar o número de oito ao ano e só poderão ocorrer em meses em que não haja reuniões ordinárias, não podendo ser a mesmas realizadas em período inferior a um mês da realização da anterior;
- II. Remeter à CORSAN, em até 10 (dez) dias após a realização das reuniões, atas e deliberações acerca do FMGC;
- III. Concluir, até o mês de outubro de cada ano, o planejamento compartilhado para os investimentos a serem realizados no ano subsequente, observando a disponibilidade financeira do FMGC, o Plano de Saneamento Básico e a Meta de Investimentos de Longo Prazo;
- IV. Aprovar a prestação de contas, trimestralmente, relativas à utilização dos recursos do FMGC, tanto dos recursos destinados à conta investimentos, como dos recursos destinados à conta Município, através de ata;
- V. Deliberar acerca das solicitações de financiamento, que utilizem o FMGC como garantia, devendo ser aprovado por quorum mínimo de dois terços da totalidade dos membros do Conselho, não computando o voto de qualidade do Coordenador;
- VI. Manter cópias dos documentos pertinentes ao FMGC, disponíveis a todos os Conselheiros, em meio eletrônico e em meio físico, por um período de até cinco anos;
- VII. Solicitar Auditorias Externas nas atividades pertinentes ao FMGC, quando julgar necessário, sendo o custeio realizado pela CORSAN e Município conjuntamente;



CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



66

- VIII. Planejar a destinação e a priorização dos investimentos dos recursos, anualmente, observando a disponibilidade financeira do FMGC, o Plano Municipal de Saneamento Básico e a meta de investimentos em longo prazo;
- IX. Receber e manter saldos de receitas e despesas dos valores geridos pelo FMGC.

Parágrafo 1º – As deliberações do Conselho para os incisos III e V serão tomadas por maioria de votos dos presentes, sempre com quorum mínimo de dois terços da totalidade dos membros, cabendo ao Coordenador ou seu Substituto, em caso de empate, voto adicional de qualidade.

Parágrafo 2º - Todas as decisões do Conselho Deliberativo do FMGC, quanto a investimentos e captação de recursos externos (onerosos ou não), conforme previsto nos incisos III e V desta Cláusula, deverão ser submetidos à aprovação pela Prefeitura Municipal e Diretoria Colegiada da CORSAN.

Parágrafo 3º – A elaboração das atas ficará a cargo da parte contratante que estiver com a atribuição de coordenar o CDFG.

Parágrafo 4º – não ocorrendo a entrega das atas do FMGC, no prazo estipulado no inciso II deste artigo, ocorrerá suspensão dos repasses mensais do respectivo FMGC ao Município, e a ciência dar-se-á por documento encaminhado pela CORSAN aos representantes do CDFG.

Parágrafo 5º – Caso as prestações de contas relativas aos recursos do FMGC não sejam entregues trimestralmente ao Conselho Deliberativo, em até 30 (trinta) dias após o término do trimestre, ou forem reprovadas, os repasses mensais e extraordinários serão suspensos no mês subsequente ao prazo estipulado, e a ciência dar-se-á por documento encaminhado aos representantes do CDFG, pela CORSAN.

Parágrafo 6º - Caso as prestações de contas relativas aos recursos do FMGC destinados ao MUNICÍPIO não sejam entregues em até 180 (cento e oitenta) dias após o término do trimestre da sua competência, ou forem reprovadas, os recursos financeiros concernentes aos repasses mensais e extraordinários destinados a saneamento ambiental serão revertidos para a





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



67 #

conta investimento, a crédito contábil do MUNICÍPIO, visando aplicação na ampliação e melhorias do Sistema de Esgotamento Sanitário, conforme descrito no CONTRATO DE PROGRAMA. A ciência dar-se-á por documento encaminhado aos representantes do CDFG, pela CORSAN.

Art. 4º - O FMGC é constituído pelos recursos financeiros previstos no Contrato de Programa firmado entre Município e CORSAN.

### CAPÍTULO III

#### DA ESTRUTURA DO CDFG

Art. 5º - A estrutura do Conselho Deliberativo do Fundo de Gestão - CDFG - será:

- I. Coordenador;
- II. Vice-coordenador;

#### DA ORGANIZAÇÃO

#### DA COMPOSIÇÃO DO CDFG

Art. 6º - O CDFG terá sua composição conforme disposto no Contrato de Programa firmado entre Município e CORSAN.

Parágrafo 1º - Os conselheiros não serão remunerados para o exercício das respectivas funções.

Parágrafo 2º - Cada membro do CDFG terá seu suplente indicado pela respectiva entidade representada, que substituirá o titular nos casos de seu impedimento.

Parágrafo 3º - Os membros suplentes poderão participar das reuniões do CDFG, juntamente com os membros titulares, sem direito a voto.

#### DO MANDATO

Art. 7º - O mandato dos membros do CDFG será de 4 (quatro) anos, sendo permitida uma única recondução;





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



68

Parágrafo 1º – Os Conselheiros representantes dos Contratantes que trata o "caput" deste artigo e seus suplentes serão indicados por suas respectivas entidades e nomeados pelo Prefeito Municipal, através de Decreto ou Portaria, e pelo Diretor Presidente da CORSAN, através de ato de designação, sendo que findo o mandato do nomeante, extinguir-se-á automaticamente o mandato dos conselheiros por ele nomeados.

Parágrafo 2º – Os Conselheiros do FMGC manter-se-ão nos cargos até a posse de seus substitutos.

### DA EXCLUSÃO E DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 8º - A parte Contratante que se fizer representar por Conselheiros, titulares ou suplentes, que não comparecerem às reuniões do CDFG por 3 (três) vezes consecutivas ou 5 (cinco) alternadas, num interstício de 18 (dezoito) meses, será notificada pelo Coordenador para indicar novos nomes para representá-la, em substituição aos seus membros faltosos, o que deverá ser feito através de ofício dirigido ao Coordenador.

Parágrafo 1º – Os membros faltosos, nos termos do "caput" deste artigo, terão suas nomeações canceladas a partir da constatação das faltas referidas, desde que não justificadas.

Parágrafo 2º – As justificativas de ausência deverão ser encaminhadas por escrito ao Coordenador do CDFG até a véspera da reunião seguinte.

Parágrafo 3º – Os cargos do membro do Conselho serão declarados vagos, pelo Coordenador, nos casos de falecimento, renúncia, abandono previsto no "Parágrafo 1º" deste artigo, revogação justificada da nomeação ou de afastamento com duração superior a seis meses.

Parágrafo 4º - Os cargos vagos implicam em nova nomeação, nos termos do Art. 6º deste Regimento, imediatamente após a declaração de vacância, e nos termos do Parágrafo 1º do Art. 7º.





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



69

### DA HOMOLOGAÇÃO

Art. 9º – O Coordenador e o Vice-Coordenador são funções que serão exercidas por membros do Conselho, homologadas pelas partes contratantes, para o período de 2 (dois) anos.

Parágrafo 1º - As indicações dos representantes do CDFG para Coordenador e Vice-Coordenador deverão ser feitas pelas partes contratantes e ratificadas conforme descrito no Parágrafo 1º do Artigo 7º;

Parágrafo 2º - O Coordenador, nos primeiros dois mandatos, será um Conselheiro do FMGC representante do Município, e o Vice-Coordenador será um Conselheiro do FMGC representante da CORSAN;

Parágrafo 3º - A partir do terceiro mandato os cargos supracitados serão alternados.

Art. 10º – São atribuições do Coordenador:

- I. Dar posse e exercício aos conselheiros, bem como declarar a vacância do cargo nos casos previstos neste Regimento;
- II. Convocar e presidir as reuniões;
- III. Aprovar a pauta das reuniões;
- IV. Encaminhar a votação de matéria submetida à decisão do Conselho;
- V. Indicar um Conselheiro do CDFG para desempenhar a função de Secretário e ficar responsável pela elaboração das atas;
- VI. Assinar as atas aprovadas nas reuniões, juntamente com os demais Conselheiros do CDFG;
- VII. Conceder, negar e cassar a palavra, ou delimitar a duração das intervenções;
- VIII. Convidar pessoas ou entidades para participar das reuniões plenárias do CDFG, sem direito a voto;





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



70

- IX. Aplicar as normas deste Regimento;
- X. Tomar as providências necessárias ao funcionamento do Conselho e determinar a execução de suas deliberações, através do Vice-Coordenador;
- XI. Representar o Conselho e manifestar-se em seu nome;
- XII. Comunicar as reuniões ao CDFG, previamente, sobre a data e horário de suas realizações e, posteriormente, encaminhar cópias das Atas de Reunião;
- XIII. Instituir Comissões e/ou Câmaras Técnicas para analisar e encaminhar questões específicas.

Parágrafo Único – O Coordenador poderá delegar atribuições aos membros do CDFG, sempre que necessário ao bom cumprimento das finalidades do Conselho, observado as limitações legais.

Art. 11º - São atribuições do Vice-Coordenador:

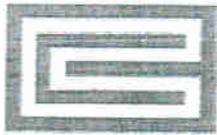
- I. Substituir o Coordenador em seus impedimentos e eventuais ausências, exercendo as suas atribuições;
- II. Assessorar o Coordenador nas questões pertinentes ao CDFG;
- III. Participar das votações;

Art. 12º – O Conselho será constituído conforme o disposto no artigo 6º deste Regimento e seus membros terão as seguintes atribuições:

- I. Comparecer às reuniões;
- II. Debater e votar todas as matérias submetidas ao CDFG;
- III. Requerer informações, providências e esclarecimentos ao Coordenador;
- IV. Pedir vista de documentos.

70





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



71

V. Solicitar ao Coordenador a convocação de reunião extraordinária para apreciação de assunto relevante;

VI. Propor a inclusão de matéria na ordem do dia, inclusive para reunião subsequente, bem como, justificadamente, a discussão prioritária de assuntos dela constante.

VII. Propor a criação de Comissão e/ou Câmara Técnica, provisória ou permanente;

VIII. Prestar esclarecimentos sobre as ações, proposições e decisões das entidades que representam;

IX. Representar o CDFG em evento oficial, por indicação do Coordenador e posterior comunicação ao Conselho.

#### DAS REUNIÕES

Art. 13º - O CDFG somente deliberará com a presença mínima da maioria simples de seus membros, sendo as deliberações tomadas por, no mínimo, dois terços dos membros presentes, cabendo ao Coordenador ou na sua ausência, ao vice-coordenador, o voto de qualidade.

Parágrafo Único - As reuniões do CDFG serão públicas.

Art. 14º - O CDFG reunir-se-á, ordinariamente, a cada três meses, sendo a primeira reunião imediatamente posterior à formalização da sua criação, bem como extraordinariamente quando convocados pelo seu Coordenador, ou pela maioria de seus membros, mediante comunicação por meio eletrônico encaminhada a todos os seus membros, com a indicação do motivo, local, data e hora, com a antecedência mínima de 7 (sete) dias.

Parágrafo 1º - As reuniões extraordinárias não poderão ultrapassar o número de oito por ano, sendo que somente poderão ser marcadas em período ulterior a um mês da última reunião ordinária realizada.

Parágrafo 2º - A pauta das reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como respectivos documentos, além da cópia da Ata da reunião anterior, serão



CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



enviados aos Conselheiros junto com a convocação, por meio eletrônico e/ou papel.

Parágrafo 3º - A contagem dos membros necessários à formação do quorum para deliberação far-se-á após as comunicações. Constatada a inexistência de quorum regimental, após quinze minutos, será procedida nova e definitiva chamada, sendo que não atingido o quorum mínimo, será cancelada a referida reunião.

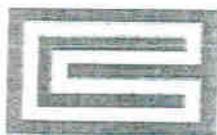
Parágrafo 4º - O Conselheiro impossibilitado de comparecer a uma reunião dará ciência ao suplente, com antecedência mínima de quarenta e oito horas, transferindo o material e as informações sobre a pauta.

Art. 15º - Assinado o livro de presença, o Coordenador declarará aberta a reunião que se desenvolverá, salvo deliberação em contrário do Conselho, na seguinte ordem:

- I. Leitura da Ata anterior;
- II. Comunicações;
- III. Verificação de quorum;
- IV. Votação da Ata anterior;
- V. Leitura e deliberação da Ordem do dia;
- VI. Discussão e votação das matérias em pauta, constantes da Ordem do dia ou propostas na etapa prevista no item V, sendo que tais votações serão abertas;
- VII. Encerramento.

Parágrafo 1º - Não havendo quorum no momento da segunda chamada, lavrar-se-á Ata Declaratória, na forma do Parágrafo 3º do Art. 14º deste Regimento, que incluirá as comunicações feitas pela Coordenação ou pelos membros do CDFG, conforme Art. 13º deste Regimento.





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



Parágrafo 2º - O conselheiro que pretender retificar a Ata, solicitará a palavra ao Coordenador sugerindo a retificação ou a inclusão de alguma deliberação que não constou na Ata anterior (após a leitura da mesma). A declaração será inserida na Ata seguinte e o Conselho deliberará sobre a sua procedência ou não.

Art. 16º - Esgotada a Ordem do Dia, o Coordenador concederá a palavra aos Conselheiros que a solicitarem, para assuntos de interesse geral, podendo, a seu critério, limitar o prazo em que deverão se manifestar.

#### CAPÍTULO IV

#### DA ORDEM DO DIA

Art. 17º - A Ordem do Dia constará da discussão e votação da matéria em pauta, remetida previamente aos Conselheiros, bem como aos suplentes convocados.

Parágrafo 1º - O Coordenador, por solicitação de qualquer Conselheiro, poderá determinar a inversão da ordem de discussão e votação das matérias constantes da Ordem do Dia.

Parágrafo 2º - A discussão e votação de matéria de caráter urgente e relevante, não incluída na Ordem do Dia, dependerão de deliberação do Conselho.

Parágrafo 3º - Caberá ao Coordenador relatar as matérias que deverão ser submetidas à discussão e votação.

Parágrafo 4º - A discussão ou votação da matéria da Ordem do Dia poderá ser adiada por deliberação do Conselho, fixando o Coordenador o prazo de adiamento.

Parágrafo 5º - Os assuntos incluídos na Ordem do Dia que, por qualquer motivo não forem discutidos ou votados, deverão ser obrigatoriamente incluídos na Ordem do Dia da reunião imediatamente posterior.

Art. 18º - O Coordenador colherá os votos a partir do proponente.



CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



74

Parágrafo 1º - A votação será sempre aberta.

Parágrafo 2º - Solicitada vista por qualquer dos Conselheiros, a matéria será retirada da pauta, considerando-se automaticamente incluída na reunião seguinte, podendo ser convocada reunião extraordinária conforme Art. 14º, Parágrafo 1º deste Regimento.

Art. 19º - As deliberações do CDFG serão expressas através de ata, devidamente assinadas por seus Conselheiros, conforme descrito no Artigo 13º.

## CAPÍTULO V

### DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS

Art. 20º - Os recursos do FMGC destinados à conta investimento, serão aplicados conforme descrito no CONTRATO DE PROGRAMA firmado entre Município e CORSAN, sendo vedado aos Conselheiros deliberar contrariamente ao disposto no referido contrato.

Art. 21º. O saldo positivo do FMGC, apurado em balanço em cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte a crédito do próprio beneficiário.

## CAPÍTULO VI

### DA OPERAÇÃO E DA SUPERVISÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL

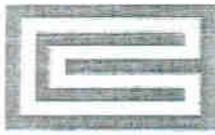
Art. 22º. O FMGC terá contabilidade própria, e suas contas submetidas à apreciação e deliberação pelo Conselho Deliberativo.

Art. 23º. São atribuições do Conselho Deliberativo em relação à contabilidade do FMGC, sem prejuízo das já previstas anteriormente neste Regimento:

I – Providenciar a inclusão de recursos de qualquer fonte lícita no orçamento do FMGC, antes de sua aplicação;

II – Definir quanto à aplicação dos recursos do FMGC;





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



III – Autorizar a aplicação e remuneração das disponibilidades temporárias de caixa, a fim de evitar a descapitalização do FMGC, de acordo com as definições do Conselho Deliberativo;

IV – Analisar relatórios de acompanhamento referentes aos projetos e recursos que utilizarão os recursos do FMGC colocados à sua disposição, recebidos pela CORSAN;

V – Acompanhar a execução do cronograma físico dos projetos ou atividades financiados com os recursos do Fundo, sempre em conjunto com os técnicos indicados pelo Município e pela CORSAN;

VI - Assessorar a elaboração e o envio da proposta orçamentária para ano subsequente, nos prazos e formas definidos no Contrato de Programa;

VII - Coordenar a realização, em conjunto com os demais técnicos do MUNICÍPIO e da CORSAN, de estudos para previsão da receita anual e outros com vistas a captar recursos;

VIII - Organizar e manter toda documentação e escrituração contábil do FMGC de forma clara, precisa e individualizada, obedecendo à ordem cronológica da execução orçamentária;

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24º. Poderão ser estabelecidas normas operacionais e complementares referentes ao FMGC por meio de resolução conjunta do MUNICÍPIO e da CORSAN, desde que sejam necessárias por recomendação do CDFG.

Art. 25º. Em caso de extinção do FMGC, todos os bens, direitos e obrigações constituídos com os recursos destinados para investimentos na ampliação e melhorias do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município, serão de propriedade da CORSAN.





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



76

Art. 26º. Os casos omissos e as dúvidas que venham a surgir na aplicação deste regulamento serão resolvidos em deliberação do CDFG ou, em casos urgentes, pelo Coordenador do FMGC, ad referendum do Conselho.

Art. 27º. O CDFG elaborará relatório anual de suas atividades, devendo aprová-lo até a segunda reunião do ano subsequente.

Parágrafo Único – Após aprovação, pelo Conselho, caberá ao Coordenador dar publicidade aos relatórios.

Art. 28º. O presente Regimento poderá ser alterado, mediante aditivo contratual.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*





CORSAN

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO



77

ANEXO VI

INVESTIMENTOS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

1. Sistema de Abastecimento de Água – SAA – Investimento de R\$ 145.306.100,00 milhões – Conforme previsão do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB

Ação	R\$
Plano Emergencial	39.086.400,00
Adequação do quadro de gestão e de equipamentos	3.485.000,00
Construção e operação da nova ETA fase II	15.000.000,00
Regularização do sistema de emergência e contingência	5.875.200,00
Avaliação sobre as Áreas de Expansão	80.000,00
Substituição dos 120 km de redes antigas	18.984.000,00
Instalação do CCO	8.100.000,00
Ampliação de rede	329.000,00
Manutenção do sistema de emergência e contingência	110.500,00
Fase complementar de reservação	28.320.000,00
Programa contínuo de vazamentos	20.736.000,00
Aquisição de geradores de energia captação e ETA	1.400.000,00
Construção do sistema de tratamento de lodos da ETA fase II	3.000.000,00
Estudo de Concepção e projeto executivo	800.000,00

2. Sistema de Esgotamento Sanitário – SES – Investimento de R\$ 160.657.900,00 milhões – Conforme previsão do PMSB

Ação	R\$
Plano Emergencial	2.500.000,00
Adequação do quadro de gestão e de equipamentos	3.485.000,00
Redes coletoras de esgoto	109.270.000,00
Adequação da ETE Pindorama	20.000.000,00
Construção de ETE complementares	3.900.000,00
Construção do leito de secagem das ETEs	2.600.000,00
Regularização do sistema de emergência e contingência	8.812.800,00
Avaliação sobre as Áreas de Expansão	80.000,00
Instalação do CCO	8.100.000,00
Ampliação da rede coletora	599.600,00
Manutenção do sistema de emergência e contingência	110.500,00
Estudo de Concepção e Projeto Executivo	1.200.000,00

